

COMO ANDAM OS MUNICÍPIOS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
ITAMBÉ



OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES  
NÚCLEO MARINGÁ



OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES



COORDENAÇÃO

Ana Lúcia Rodrigues

ORGANIZAÇÃO

Ana Lúcia Rodrigues<sup>1</sup>

Luiz Donadon Leal<sup>2</sup>

AUTORES

Aline Santiago Luz<sup>3</sup>

Carla Franciele Höring<sup>4</sup>

Carla Fernanda de Oliveira Paulo<sup>5</sup>

Izabela Bombo Gonçalves<sup>6</sup>

Luiz Donadon Leal

Wesley de Souza Ferreira<sup>7</sup>

PROJETO GRÁFICO

E DIAGRAMAÇÃO

Izabela Bombo Gonçalves

APOIO TÉCNICO

Jéssica Fernanda Cafisso<sup>8</sup>

**1** | Pós-doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP (2008); doutora em Ciências Sociais e Sociologia (2004) e mestre em Filosofia (1996) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP com graduação em Ciências Sociais. Professora Associada na Universidade Estadual de Maringá, do Departamento de Ciências Sociais e coordenadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá UEM.

Contato: alrodrigues1962@gmail.com

**2** | Possui graduação em Psicologia (1986) e mestrado em Educação (2003) pela Universidade Estadual de Maringá. Atua como psicólogo na Universidade Estadual de Maringá e pesquisador no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM. Contato: ldleal@uem.br

**3** | Possui graduação em Psicologia (2011), pós-Graduada em Gestão de Políticas Públicas com ênfase na Assistência Social -UEPG e em Psicologia Cognitiva e Análise do Comportamento com ênfase em Clínica e Trabalho – UEM (2015). Pesquisadora colaboradora da rede Observatório das Metrópoles. Contato: aline88sl@hotmail.com

**4** | Graduada em Estatística pela Universidade Estadual de Maringá (2019); Especialização em Estatística com ênfase em Pesquisa Quantitativa pela Universidade Estadual de Londrina (2011); Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Agronomia, com área de concentração em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2008); Graduada em Ciências Biológicas - Universidade Paranaense (2005). Atua como pesquisadora bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM. Contato: estaticarla@gmail.com

**5** | Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2012), com especialização em Formação e Educação Empreendedora pela mesma instituição (2016) e mestre em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (2019). Atua como pesquisadora bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM.

Contato: carlafernandaop@gmail.com

**6** | Arquiteta urbanista pela Universidade Estadual de Maringá (2016) e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo integrado da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina (2019). Atua como pesquisadora bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá UEM.

Contato: izabombo@gmail.com

**7** | Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2012) e Mestre em Geografia pela mesma instituição (2017). Atua como pesquisador bolsista pela SETI no Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá UEM.

Contato: wesley.geo@hotmail.com

**8** | Cientista social pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2020). Bolsista pela Central de Estágio do Paraná no Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá/UEM (2018-2020).

contato: jessicacafisso@gmail.com

apoio:



COMO ANDAM OS MUNICÍPIOS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO  
SOCIAL DO MUNICÍPIO DE  
**ITAMBÉ**



## SUMÁRIO

- 14 introdução
- 44 1 | perfil municipal
- 54 2 | categorias sócio-ocupacionais – cats
- 58 3 | categorias sócio-ocupacionais na estrutura social de Itambé
- 64 considerações finais
- 66 referências bibliográficas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Dimensões que compõe o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU).....	17
Figura 2: Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.....	22
Figura 3: Mobilidade Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.....	23
Figura 4: Condições ambientais do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.....	24
Figura 5: Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.....	25
Figura 6: Atendimento domiciliar de Serviços Coletivos Urbanos do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.....	26
Figura 7: Infraestrutura Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.....	27
Figura 8: Região de influência e conexões externas – Maringá/PR – Capital Regional B – 2007.....	29
Figura 9: Arranjo Populacional de Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.....	33
Figura 10: Detalhamento das relações do AP Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.....	34
Figura 11: Atividades de comércio – Brasil – 2016.....	36
Figura 12: Gestão Empresarial – Brasil – 2016.....	37
Figura 13: Atividades Financeiras – Brasil – 2019.....	38
Figura 14: Deslocamentos para cursos superiores - Brasil – 2018.....	39
Figura 15: Origem dos insumos para produção agropecuária – Brasil – 2018.....	40
Figura 16: Origem do maquinário e implementos para produção agropecuária - Brasil – 2018.....	41

Figura 17: Origem da assistência técnica para produção agropecuária - Brasil – 2018.....	42
Figura 18: Faixas estabelecidas para os valores do índice da vulnerabilidade social.....	46
Figura 19: Municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) de acordo com os Conselhos Municipais das Cidades de caráter deliberativo.....	51
Figura 20: Municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) de acordo com os Conselhos Municipais das Cidades de caráter consultivo e paritário. ....	52
Figura 21: Localização da Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná – Brasil, conforme legislação estadual – 2013. ....	55
Figura 22: Localização e arruamento do município de Itambé/PR – 2019.....	57

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População, estimativa populacional e variação no número de habitantes dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 1991 – 2000 – 2010 – 2020. ....	16
Tabela 2: Indicadores das dimensões do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010. ....	20
Tabela 3: Índice da Vulnerabilidade Social (IVS) e suas dimensões segundo a cor no município de Itambé - 2000 e 2010. ....	47
Tabela 4: Índice da Vulnerabilidade Social (IVS) e dados demográficos segundo o sexo no município de Itambé - 2000 e 2010. ....	48
Tabela 5: Total de eleitores (2020) e população estimada (2020) por município da Região Metropolitana de Maringá (RMM). ....	53
Tabela 6: Estrutura Social do Município de Itambé – 1991, 2000 e 2010.....	58
Tabela 7: Estrutura Social do Município de Itambé – 1991, 2000 e 2010.....	59

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Municípios, centralidade e nível de integração da RM de Maringá/PR – 2012.....	31
Quadro 2: Municípios que mantêm processos de integração com Maringá (arranjo populacional de Maringá/PR) de acordo com o REGIC – 2018. ....	32
Quadro 3: Detalhamento das relações do AP Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.....	35

## LISTA DE SIGLAS

ADH – Atlas de Desenvolvimento Humano

APOND – Área de Ponderação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento  
de Pessoal de Nível Superior

CAT – Categoria Sócio-Ocupacional

CNPq – Conselho Nacional de  
Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EDUEM – Editora da Universidade Estadual  
de Maringá

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa  
do Estado do Rio de Janeiro

IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e  
Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento  
Humano Municipal

INCT – Institutos Nacionais de Ciência e  
Tecnologia

IPARDES - Instituto Paranaense de  
Desenvolvimento Econômico e Social

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica  
Aplicada

IVS – Índice da Vulnerabilidade Social

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de  
Domicílios

RM – Região Metropolitana

RMM – Região Metropolitana de Maringá

SETI – Secretaria de Ciência e Tecnologia  
do Estado do Paraná

SM – Salário Mínimo

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UEM – Universidade Estadual de Maringá



## RESUMO

Esta pesquisa trata das mudanças e permanências ocorridas nas duas últimas décadas (1991 a 2000 e 2000 a 2010) sobre a estrutura social do município de Itambé, que compõe a Região Metropolitana de Maringá, por meio da identificação e análise do padrão de organização social do território do município. Os pressupostos do debate partem do atual modelo nacional de desenvolvimento econômico para identificar qual a inserção deste município na Região quanto ao padrão de desenvolvimento, relativamente à sua estrutura social. Assim, identificam-se, através da construção de uma tipologia sócio-ocupacional, as mudanças ou permanências no padrão de organização social do território municipal, com a finalidade de compor uma análise da estrutura social metropolitana da região de Maringá.

**Palavras-chave:** estrutura social; segregação socioespacial; categorias sócio-ocupacionais; Indicadores; Região Metropolitana de Maringá; Paraná.



## INTRODUÇÃO

A estrutura social do território da Região Metropolitana de Maringá (RMM) resulta do modelo de urbanização centro-periferia que decresce neste sentido em qualidade de infraestrutura urbanística e renda dos moradores. Esse padrão caracterizou o desenvolvimento urbano brasileiro ao longo do século XX, quando as cidades surgiram e cresceram formando periferias intra e intermunicipais marcadas por precária infraestrutura, por menor preço imobiliário e, por isso, destinadas aos moradores de baixa renda, para os quais esses espaços restavam como as únicas opções de habitação. Esse é o modelo brasileiro de desenvolvimento da cidade capitalista e nele a segregação da moradia, segundo as condições de renda dos adquirentes, é condição *sine qua non*, pois tal processo replica no território urbano a segmentação social própria de uma sociedade estratificada e desigual.

Os pressupostos adotados aqui admitem que o território reproduz a diferenciação social predominante no capitalismo ou, com mais exatidão, que o território é um fator fundamental para a reprodução desse sistema. A organização socioespacial da dinâmica municipal e metropolitana, assim como a nacional, resulta de três processos distintos: primeiramente, da própria diferenciação entre pobres e ricos, inerente à estrutura capitalista; em segundo lugar, da segmentação pelo critério do acesso a bens e serviços conforme a condição econômica; e, por fim, da segregação, o perverso processo que consolida espaços distintivos no território com a única finalidade de operacionalizar a produção da mais-valia imobiliária. Ou seja, a segregação socioespacial é o mecanismo que assegura a mercantilização do solo urbano, pois outorga legitimidade para o alto valor imobiliário de uma área na

cidade, dotada de componentes infra estruturais sociais e urbanos completos, em relação a outras áreas carentes dos mesmos elementos.

Pela Tabela 1, nota-se que entre os anos de 1991 e 2020 ocorreram muitas mudanças com relação ao número e ao percentual de habitantes nos 26 municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM). Em toda essa região, o número de habitantes no ano de 1991 era de 520.700 pessoas e passou para 829.971 na estimativa para o ano de 2020, esses números representaram um aumento de 59,4%. Entretanto, mesmo com elevada taxa de crescimento, alguns municípios apresentaram decréscimos nos números de habitantes.

Observou-se que o município polo da Região Metropolitana, Maringá, foi o que apresentou o maior crescimento com relação ao número absoluto de habitantes, entretanto, ao avaliar o percentual em todo o período analisado, 1991 a 2020, verificou-se que os municípios de Sarandi e Paiçandu apresentaram os maiores incrementos demográficos, com 103,8% e 88,2%, respectivamente. Maringá apresentou 79% de aumento populacional, seguida de Marialva com 58,2%, Mandaguaçu com 57,2% e Floresta com 51,3%. Em contrapartida, o município de Floraí apresentou decréscimo de -10,8% da sua população de 1991 para 2020, seguido de São Jorge do Ivaí com -8,9% e Ourizona com -8,7%.

Importante notar que na última década (2010 a 2020), Maringá apresentou a maior taxa de crescimento, 20,5%, seguida de Sarandi com 18,1%, Santa Fé e Mandaguaçu, ambas com 16,8%. Paiçandu agora aparece com 16,2% de crescimento. O município de Floraí ainda manteve o decrescimento da sua população, com -2,9%, agora seguido de Atalaia com -0,8%.

O município de Itambé tinha 6.169 habitantes em 1991 e, segundo a Estimativa Populacional do IBGE, apresenta 6.109 moradores em 2020, o que significa um decrescimento populacional de 1% no período de 1991 a 2020.

Tabela 1: População, estimativa populacional e variação no número de habitantes dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 1991 – 2000 – 2010 – 2020.

CÓDIGO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO				VARIAÇÃO POPULACIONAL NAS DÉCADAS											
		1991	2000	2010	2020	1991-2000	%	1991-2010	%	2000-2010	%	1991-2020	%	2000-2020	%	2010-2020	%
4101150	Ângulo	2.392	2.840	2.859	2.930	448	18,7	467	19,5	19	0,7	538	22,5	90	3,2	71	2,5
4102109	Astorga	22.458	23.637	24.698	26.209	1.179	5,2	2.240	10,0	1.061	4,5	3.751	16,7	2.572	10,9	1.511	6,1
4102208	Atalaia	4.129	4.015	3.913	3.881	-114	-2,8	-216	-5,2	-102	-2,5	-248	-6,0	-134	-3,3	-32	-0,8
4103206	Bom Sucesso	7.116	6.173	6.561	7.068	-943	-13,3	-555	-7,8	388	6,3	-48	-0,7	895	14,5	507	7,7
4103800	Cambira	6.355	6.688	7.236	7.917	333	5,2	881	13,9	548	8,2	1.562	24,6	1.229	18,4	681	9,4
4107306	Doutor Camargo	5.942	5.777	5.828	5.983	-165	-2,8	-114	-1,9	51	0,9	41	0,7	206	3,6	155	2,7
4107801	Floral	5.500	5.285	5.050	4.906	-215	-3,9	-450	-8,2	-235	-4,4	-594	-10,8	-379	-7,2	-144	-2,9
4107900	Floresta	4.527	5.122	5.931	6.851	595	13,1	1.404	31,0	809	15,8	2.324	51,3	1.729	33,8	920	15,5
4108106	Flórida	2.096	2.434	2.543	2.699	338	16,1	447	21,3	109	4,5	603	28,8	265	10,9	156	6,1
4110003	Iguaraçu	3.299	3.598	3.982	4.440	299	9,1	683	20,7	384	10,7	1.141	34,6	842	23,4	458	11,5
4111100	Itambé	6.169	5.956	5.979	6.109	-213	-3,5	-190	-3,1	23	0,4	-60	-1,0	153	2,6	130	2,2
4111605	Itatuba	2.508	2.796	3.010	3.279	288	11,5	502	20,0	214	7,7	771	30,7	483	17,3	269	8,9
4112108	Jandaia do Sul	18.574	19.676	20.269	21.230	1.102	5,9	1.695	9,1	593	3,0	2.656	14,3	1.554	7,9	961	4,7
4113601	Lobato	3.762	4.064	4.401	4.819	302	8,0	639	17,0	337	8,3	1.057	28,1	755	18,6	418	9,5
4114104	Mandaguaçu	14.697	16.828	19.781	23.100	2.131	14,5	5.084	34,6	2.953	17,5	8.403	57,2	6.272	37,3	3.319	16,8
4114203	Mandaguari	28.086	31.395	32.658	34.515	3.309	11,8	4.572	16,3	1.263	4,0	6.429	22,9	3.120	9,9	1.857	5,7
4114807	Marialva	22.625	28.702	31.959	35.804	6.077	26,9	9.334	41,3	3.257	11,3	13.179	58,2	7.102	24,7	3.845	12,0
4115200	Maringá	240.292	288.653	357.077	430.157	48.361	20,1	116.785	48,6	68.424	23,7	189.865	79,0	141.504	49,0	73.080	20,5
4116307	Munhoz de Melo	3.628	3.401	3.672	4.009	-227	-6,3	44	1,2	271	8,0	381	10,5	608	17,9	337	9,2
4116901	Nova Esperança	24.189	25.729	26.615	27.984	1.540	6,4	2.426	10,0	886	3,4	3.795	15,7	2.255	8,8	1.369	5,1
4117404	Ourizona	3.750	3.396	3.380	3.425	-354	-9,4	-370	-9,9	-16	-0,5	-325	-8,7	29	0,9	45	1,3
4117503	Paiçandu	22.197	30.764	35.936	41.773	8.567	38,6	13.739	61,9	5.172	16,8	19.576	88,2	11.009	35,8	5.837	16,2
4120408	Presidente Castelo Branco	3.633	4.305	4.784	5.351	672	18,5	1.151	31,7	479	11,1	1.718	47,3	1.046	24,3	567	11,9
4123402	Santa Fé	8.708	8.870	10.432	12.186	162	1,9	1.724	19,8	1.562	17,6	3.478	39,9	3.316	37,4	1.754	16,8
4125308	São Jorge do Ival	6.087	5.590	5.517	5.543	-497	-8,2	-570	-9,4	-73	-1,3	-544	-8,9	-47	-0,8	26	0,5
4126256	Sarandi	47.981	71.422	82.847	97.803	23.441	48,9	34.866	72,7	11.425	16,0	49.822	103,8	26.381	36,9	14.956	18,1
TOTAL		520.700	617.116	716.918	829.971	96.416	18,5	196.218	37,7	99.802	16,2	309.271	59,4	212.855	34,5	113.053	15,8

Fonte: IBGE – Estimativa Populacional, 2020; Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2020.

Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá, 2020.

## ÍNDICE DE BEM ESTAR URBANO (IBEU) DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (RMM)

O IBEU apresentado nesta publicação é inédito, pois se trata da análise local, considerando a dinâmica local, própria da região, uma análise intrarregional. Um outro trabalho realizado pelo Observatório das Metrópoles (RIBEIRO & RIBEIRO, 2013) foi divulgado e se tratava do IBEU construído a partir da dinâmica nacional dos dados, em análise comparativa nacional. O objetivo desse indicador é mostrar que as condições que geram bem-estar não dependem diretamente da ação dos indivíduos e, principalmente, responder como se apresenta o bem-estar urbano na RMM e se há diferenças no bem-estar urbano entre os seus municípios.

A elaboração desse indicador considerou cinco dimensões: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana (Figura 1). Essas dimensões foram adotadas porque se concebe que podem refletir características urbanas que, se presentes, significam qualidade de vida para os moradores daquele território. Isto é, todas essas dimensões são portadoras das qualidades urbanas que significam maior ou menor bem-estar para os moradores de determinado lugar.

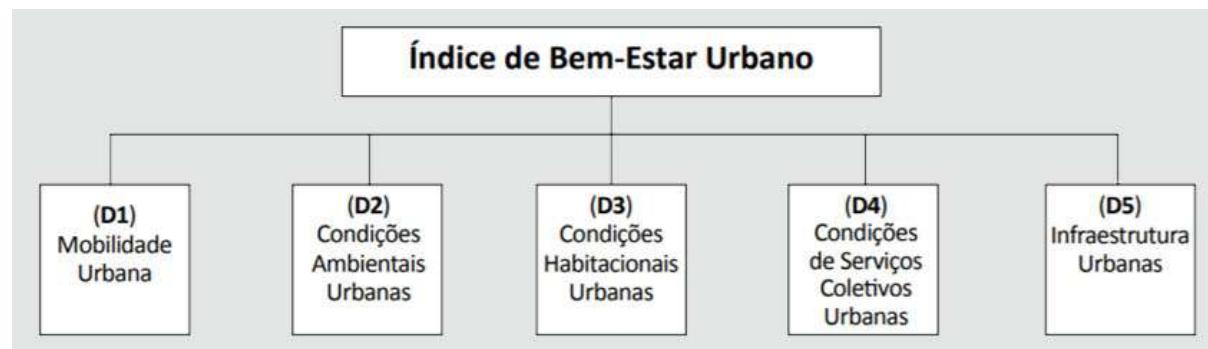


Figura 1: Dimensões que compõe o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU).  
Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

## OS INDICADORES DAS DIMENSÕES DO IBEU<sup>1</sup>

### MOBILIDADE URBANA (D1)

A dimensão de mobilidade urbana (D1) foi concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho. A utilização apenas de um único indicador na composição dessa dimensão decorre da não existência de outras variáveis que pudessem refletir as condições de mobilidade urbana no censo demográfico. Mas consideramos que esse indicador se apresenta como uma boa proxy da mobilidade urbana, apesar de não se referir a sua qualidade.

### CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS (D2)

A dimensão de condições ambientais urbanas (D2) foi concebida a partir de três indicadores: arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. Mesmo que exista apenas a possibilidade de utilização de apenas esses três indicadores das condições ambientais urbanas, consideramos que eles refletem, em grande medida, a dimensão ambiental referida à vida urbana.

### CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS (D3)

A dimensão de condições habitacionais urbanas (D3) foi compreendida por quatro indicadores: aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro e material das paredes dos domicílios. Os indicadores dessa dimensão foram selecionados a partir da compreensão das condições dos domicílios, bem como de suas características, que podem favorecer direta ou indiretamente o bem-estar urbano.

---

<sup>1</sup> A descrição das dimensões aqui apresentada é reproduzida conforme os termos do trabalho original elaborado pelo Observatório das Metrópoles – Ribeiro e Ribeiro, 2013. <<https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/>> Acesso 22 jul 2020.

#### ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS (D4)

A dimensão de atendimento de serviços coletivos urbanos (D4) foi concebida a partir de quatro indicadores: atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo. Esses são indicadores que expressam os serviços públicos essenciais para garantia de bem-estar urbano, independentemente de ser ofertado por empresas públicas ou por empresas privadas através de concessão pública.

#### INFRAESTRUTURA URBANA (D5)

A dimensão de infraestrutura urbana (D5) foi compreendida por sete indicadores: iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros. Esses indicadores expressam as condições de infraestrutura na cidade que podem possibilitar (quando da sua existência) melhor qualidade de vida para pessoas, estando relacionados com a acessibilidade, saúde e outras dimensões do bem-estar urbano.

A Tabela 2 apresenta os indicadores das dimensões do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) no ano de 2010. Observou-se que o município de Maringá, seguido de Jandaia do Sul, São Jorge do Ivaí, Lobato e Astorga têm os maiores IBEUs da RMM e o de Bom Sucesso e, imediatamente antes, Ivatuba, Ângulo, Sarandi e Presidente Castelo Branco apresentam os menores índices da região. Chama a atenção ainda, quanto às demais dimensões: em mobilidade urbana o maior índice é de Lobato e o menor de Bom Sucesso; quanto às condições ambientais urbanas, a melhor posição é de Dr. Camargo e a pior de Bom Sucesso; segundo as condições habitacionais urbanas, São Jorge do Ivaí tem o maior índice e Ivatuba o menor; no tocante ao atendimento de serviços coletivos urbanos, Lobato tem o mais alto índice e Lobato o mais baixo; a infraestrutura urbana aponta Jandaia do Sul como o mais elevado indicador e Paiçandu com o menor.

Tabela 2: Indicadores das dimensões do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) dos municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

MUNICÍPIO	DIMENSÕES					IBEU
	Mobilidade (D1)	Condições Ambientais (D2)	Condições Habitacionais (D3)	Atendimento de Serviços Coletivos (D4)	Infraestrutura (D5)	
Maringá	0,958	0,988	0,894	0,876	0,825	<b>0,908</b>
Jandaia do Sul	0,962	0,993	0,877	0,729	<b>0,870</b>	<b>0,886</b>
São Jorge do Ivaí	0,919	0,995	<b>0,931</b>	0,871	0,705	<b>0,884</b>
Lobato	<b>0,987</b>	0,973	0,879	<b>0,925</b>	0,638	<b>0,880</b>
Astorga	0,961	0,968	0,876	0,793	0,694	<b>0,858</b>
Floraí	0,896	0,999	0,914	0,620	0,817	0,849
Itambé	0,874	0,999	0,849	0,817	0,682	0,844
Mandaguari	0,915	0,965	0,840	0,766	0,711	0,840
Floresta	0,978	0,996	0,841	0,566	0,777	0,832
Marialva	0,970	0,980	0,850	0,655	0,682	0,828
Santa Fé	0,967	0,996	0,828	0,619	0,726	0,827
Munhoz de Melo	0,953	0,999	0,846	0,523	0,773	0,819
Atalaia	0,911	0,990	0,894	0,546	0,741	0,816
Dr. Camargo	0,906	<b>1,000</b>	0,878	0,612	0,681	0,815
Paiçandu	0,915	0,979	0,794	0,808	<b>0,557</b>	0,811
Flórida	0,956	0,977	0,868	0,546	0,704	0,811
Nova Esperança	0,901	0,984	0,818	0,701	0,642	0,809
Cambira	0,953	0,994	0,871	0,500	0,710	0,806
Iguaraçu	0,967	0,975	0,815	0,571	0,677	0,801
Ourizona	0,956	0,908	0,876	0,564	0,697	0,800
Mandaguaçu	0,965	0,937	0,817	0,664	0,616	0,800
Presidente Castelo Branco	0,954	0,994	0,816	0,576	0,647	<b>0,797</b>
Sarandi	0,937	0,924	0,777	0,604	0,628	<b>0,774</b>
Ângulo	0,943	0,916	0,815	0,537	0,561	<b>0,754</b>
Ivatuba	0,935	0,983	<b>0,655</b>	<b>0,377</b>	0,606	<b>0,711</b>
Bom Sucesso	<b>0,761</b>	<b>0,812</b>	0,820	0,530	0,610	<b>0,707</b>

Fonte: IBEU - Base de Dados do IBEU Municipal, 2020.

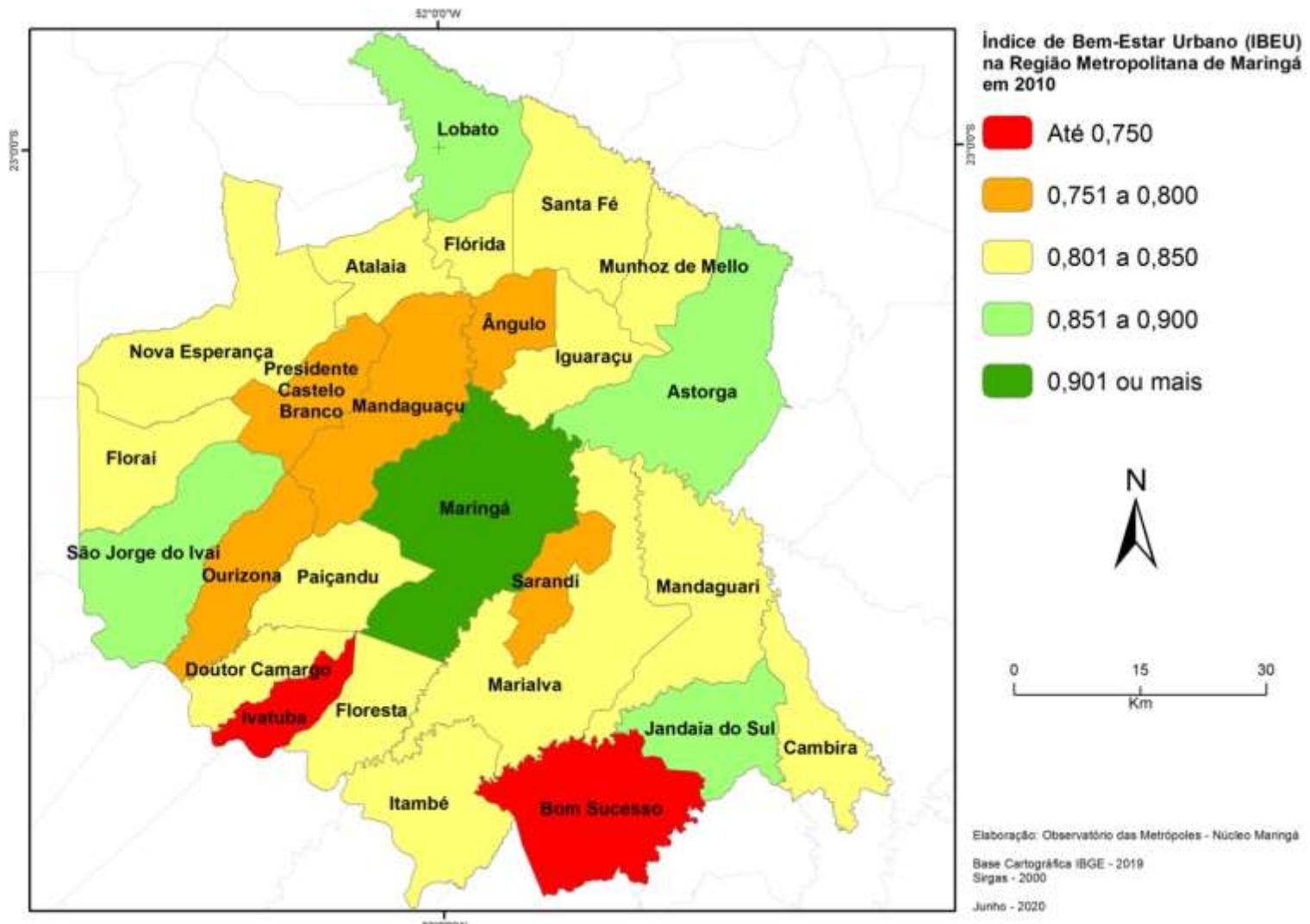
Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá, 2020.

O Observatório das Metrópoles (RIBEIRO & RIBEIRO, 2016, p. 5) definiu que os níveis do IBEU-Municipal poderiam ser interpretados como: de zero a 0,500 como condições muito ruins; de 0,501 a 0,700 como ruins; de 0,701 a 0,800 como médias; de 0,801 a 0,900 como condições boas; e de 0,901 a 1 corresponde às condições muito boas.

Ainda na Tabela 2, mesmo com indicadores distintos entre os 26 municípios, os valores dos IBEUs na RMM estão entre 0,701 e 1, ou seja, o percentual das cidades que possuem as condições de bem-estar urbano classificadas como muito boas é de 3,8%, enquanto que boas equivale a 69,2% dos municípios e médias é de 26,9%. Quanto a dimensão mobilidade urbana, 88,5% dos municípios da RMM possuem condições muito boas, 7,7% boa e apenas 3,8% apresenta condição média. Para as condições ambientais, 96,2% apresenta nível classificado como muito bom e 3,8% bom. Já para as condições habitacionais urbanas, 7,7 % dos municípios estão na faixa classificada como muito boa, 80,8% boa, 7,7% média e 3,8% está ruim (Ivatuba). Quanto a dimensão atendimento de serviços coletivos, há 3,8% na condição muito boa, 15,4% na faixa boa e média, 57,7% possui condição ruim e 7,7% estão em condições muito ruins (Cambira e Ivatuba). Por fim, para a infraestrutura urbana, 11,5% tem condição boa, 30,8% média e 57,7% dos municípios estão no nível considerado como ruim.

Ao comparar os valores do IBEU entre os municípios da RMM, verifica-se que Maringá apresenta o maior indicador, seguida das cidades de Jandaia do Sul, Astorga, Lobato e São Jorge do Ivaí. Os menores índices foram registrados em Ivatuba e Bom Sucesso (Figura 2).

Figura 2: Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

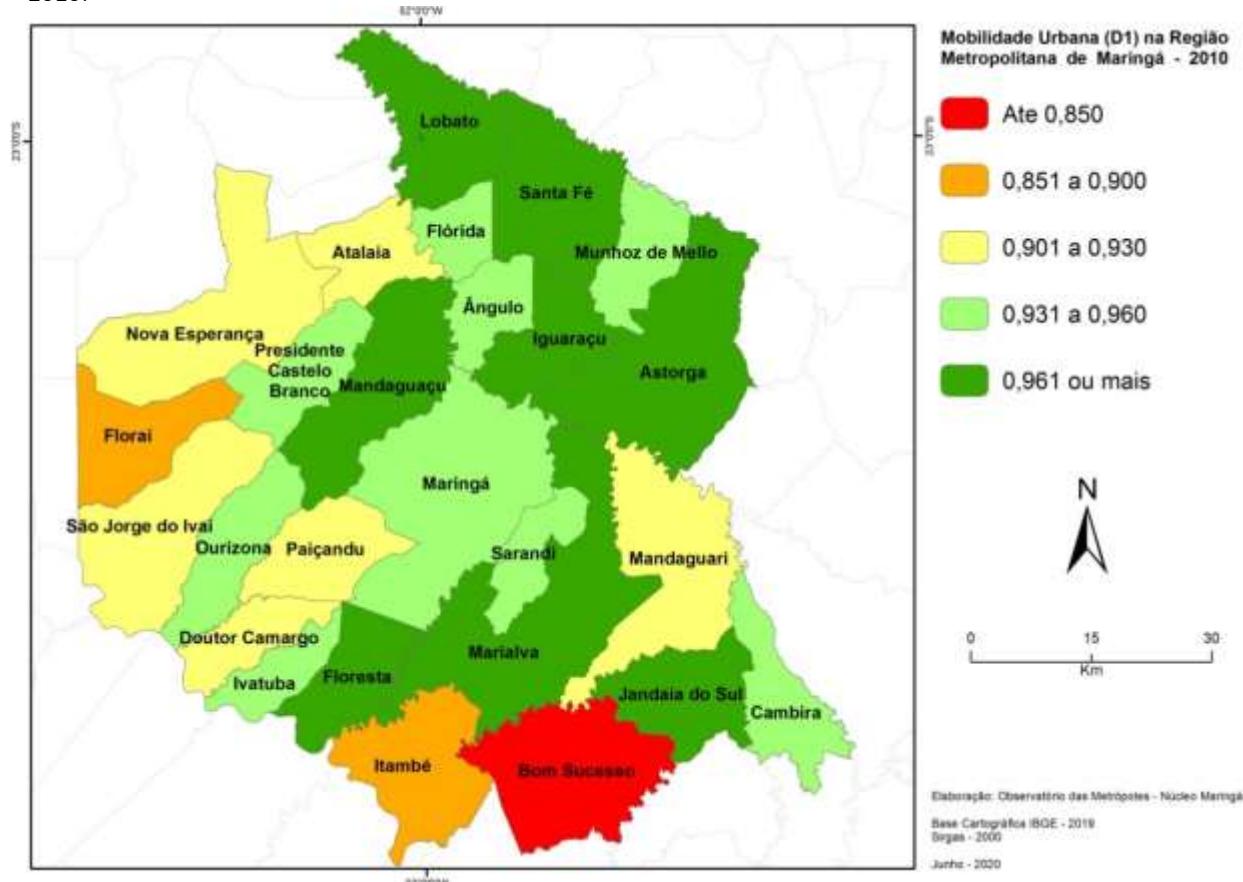


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão mobilidade urbana (D1), os maiores índices são registrados em Lobato, Floresta, Marialva, Jandaia do Sul, Astorga, Iguaraçu, Santa Fé e Mandaguaçu, já o menor índice foi registrado em Bom Sucesso (Figura 3).

Figura 3: Mobilidade Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

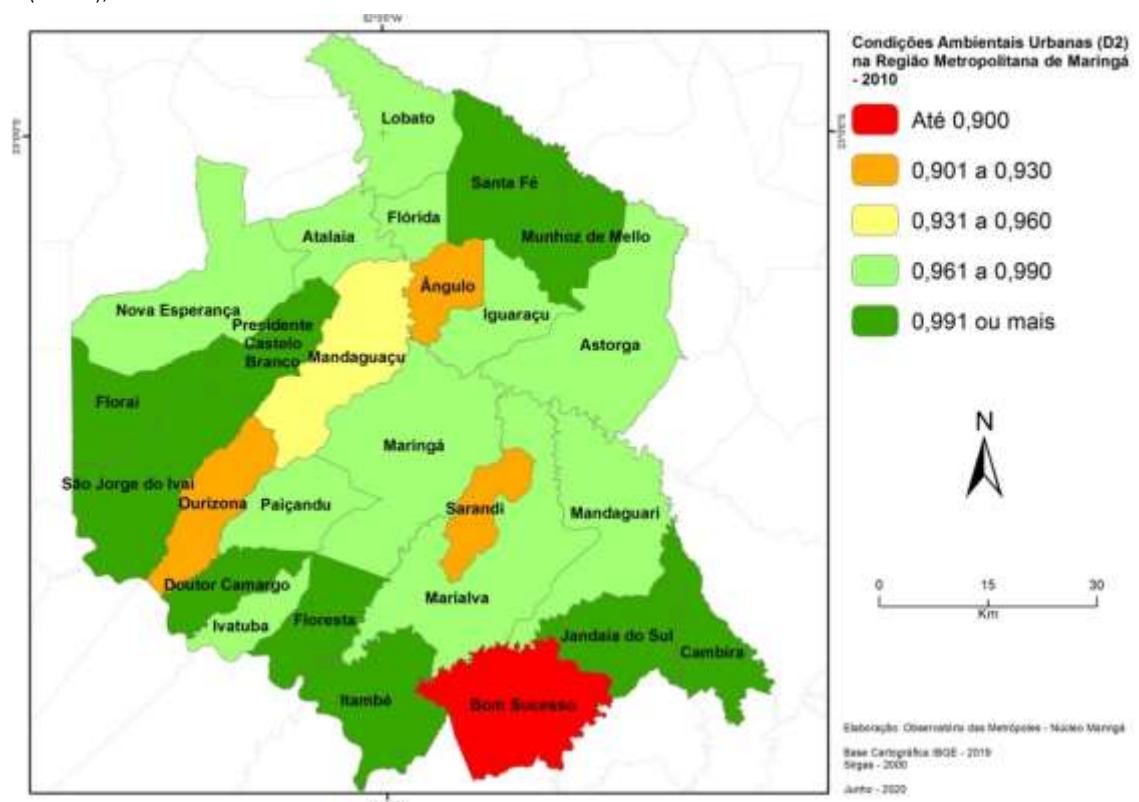


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão condições ambientais urbanas (D2), os melhores índices são registrados em 10 municípios, Jandaia do Sul, Cambira, Itambé, Floresta, Doutor Camargo, São Jorge do Ivaí, Presidente Castelo Branco, Floraí, Munhoz de Melo e Santa Fé. Bom Sucesso novamente registra o menor índice dentre os municípios da RMM (Figura 4).

Figura 4: Condições ambientais do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

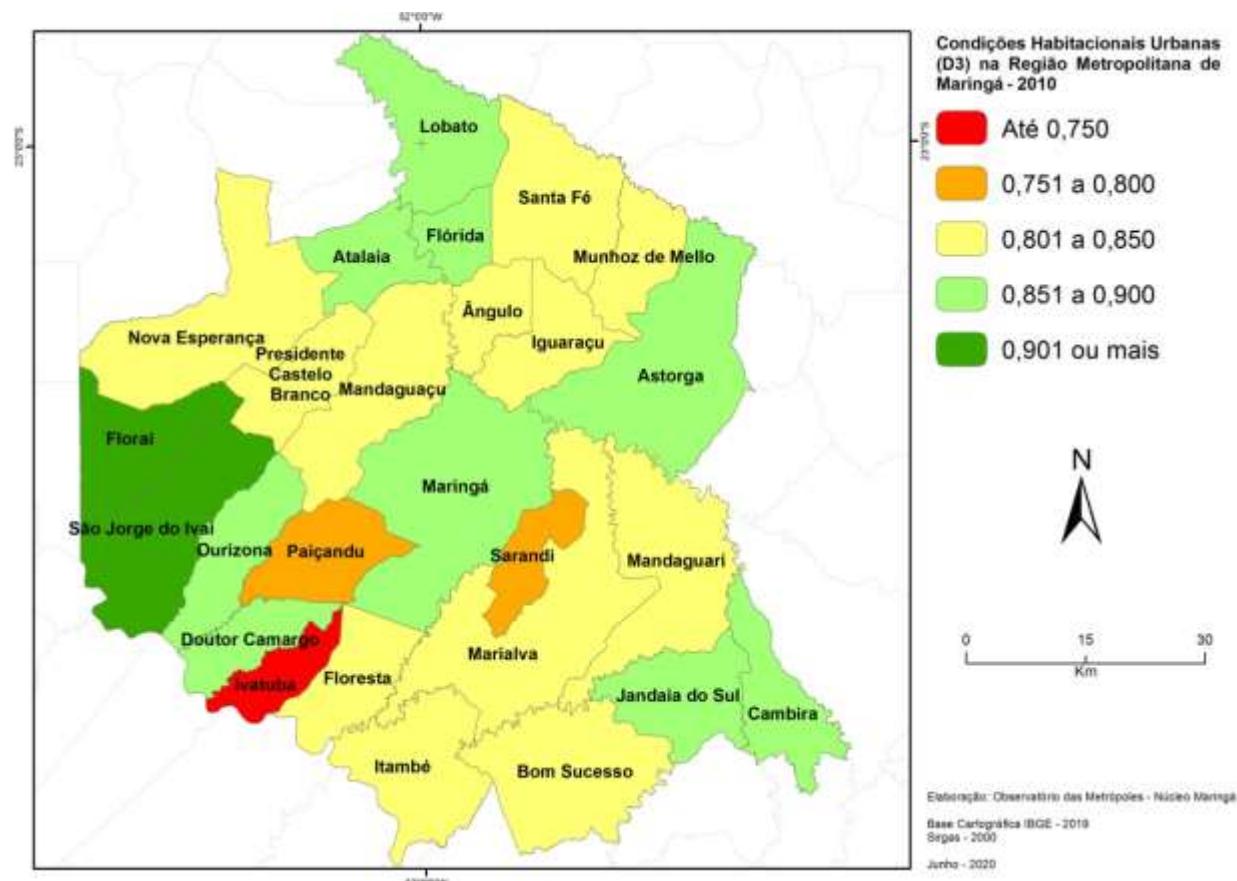


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão condições habitacionais urbanas (D3), somente dois municípios apresentaram índices superiores a 0,900, Floraí e São Jorge do Ivaí. Ivatuba foi o que apresentou menor valor nesta dimensão (Figura 5).

Figura 5: Condições Habitacionais Urbanas do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

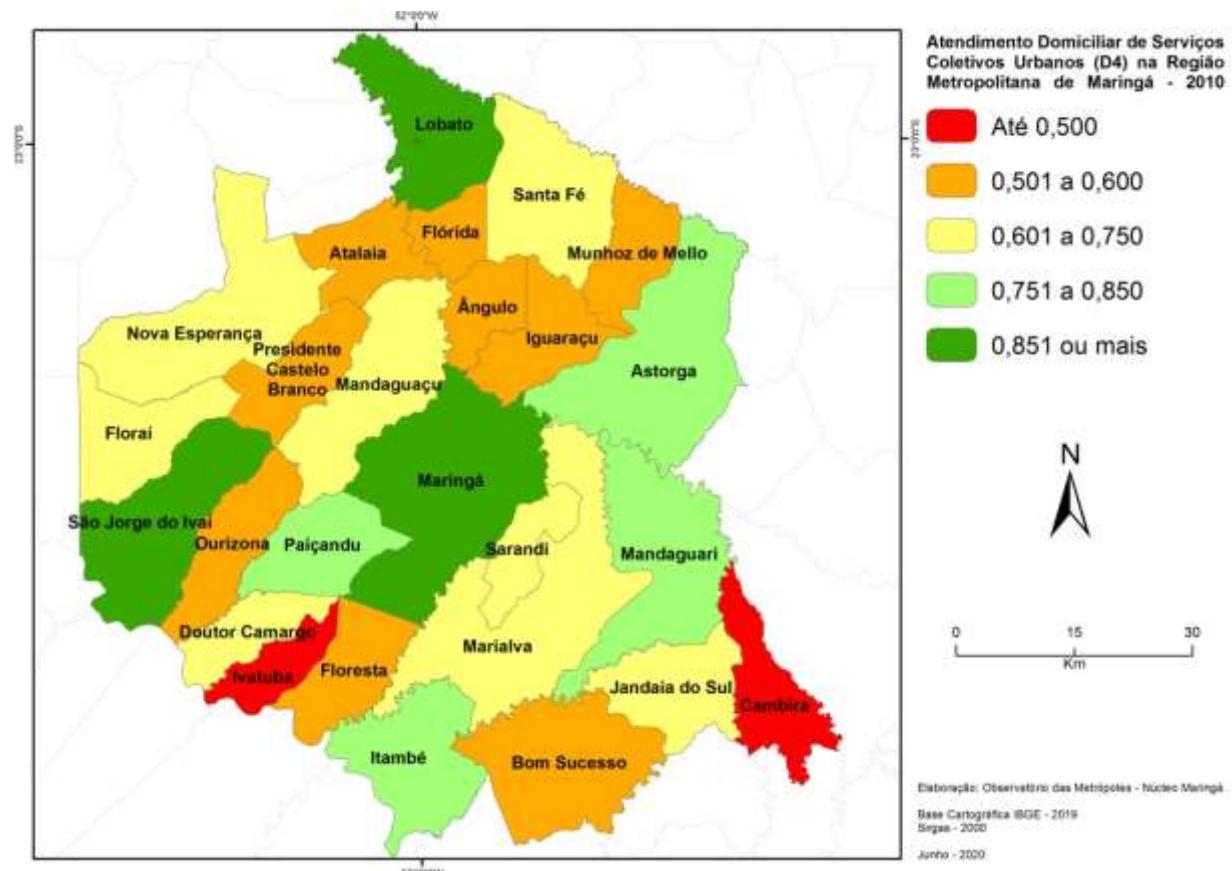


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão atendimento domiciliar de serviços coletivos (D4), somente Maringá, São Jorge do Ivaí e Lobato tiveram valores superiores a 0,850. Os demais municípios ficaram com valores bem inferiores a este, principalmente Ivatuba e Cambira (Figura 6).

Figura 6: Atendimento domiciliar de Serviços Coletivos Urbanos do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.

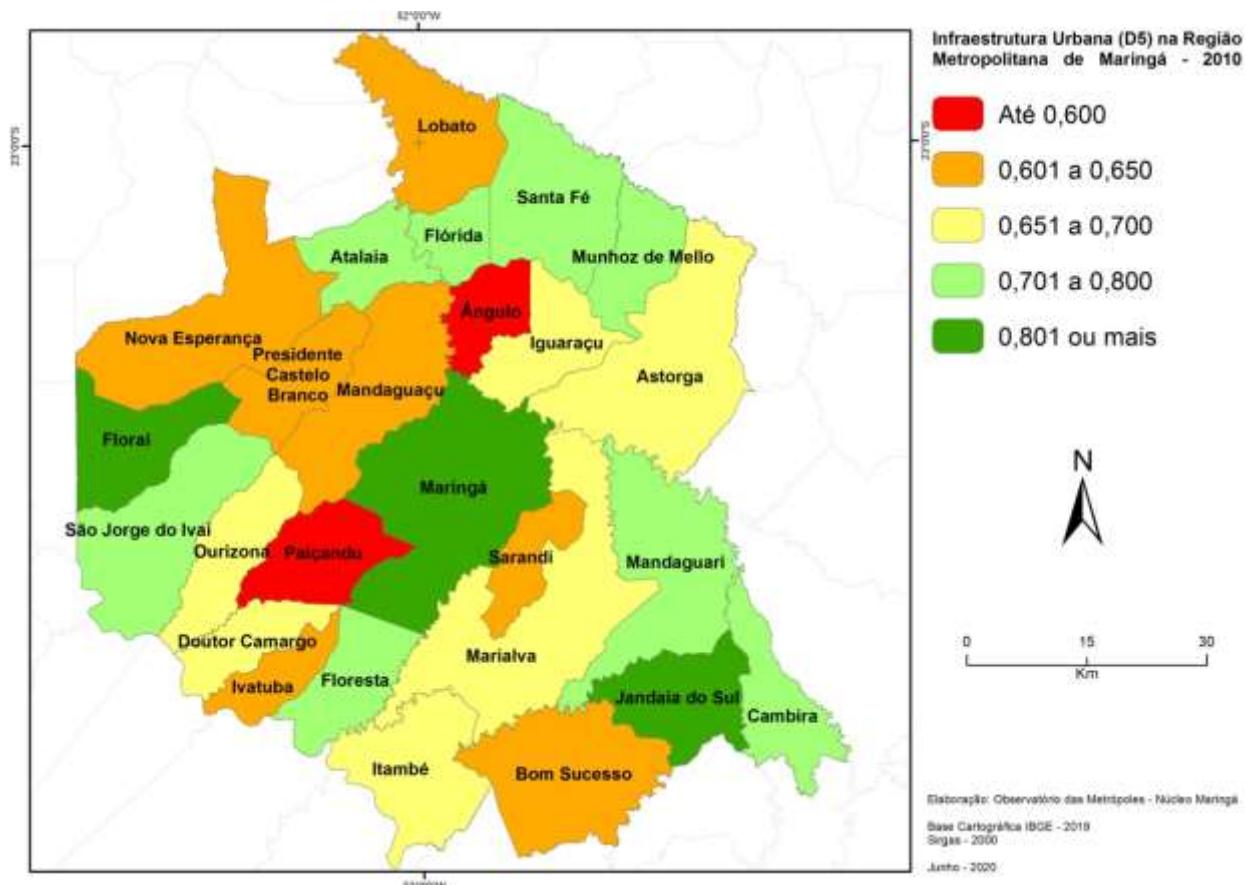


Fonte: Observatório das Metrópoles - Ribeiro e Ribeiro, 2013.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Na dimensão infraestrutura urbana (D5), Maringá, Jandaia do Sul e Floraí foram as mais bem avaliadas, Ângulo e Paiçandu registraram os menores valores (Figura 7).

Figura 7: Infraestrutura Urbana do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) da Região Metropolitana de Maringá (RMM), 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2010.

Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Deste modo, com base em todas as dimensões do IBEU, a cidade de Maringá foi a mais bem avaliada, cabe ressaltar que Jandaia do Sul e São Jorge do Ivaí apresentaram valores altos em quase todas as dimensões também, por vezes mais elevados que os registrados na cidade polo, Maringá.

## **INSERÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ (RMM) NA REDE URBANA BRASILEIRA: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – 2007 E 2018**

O estudo mais recente que identifica a inserção da RMM na rede urbana brasileira foi realizado em 2018 pelo IBGE. Apresentamos aqui também o estudo anterior de 2007. O REGIC (Regiões de Influência das Cidades) visa estabelecer as ligações entre cidades permitindo a identificação das suas áreas de influência e de articulação em redes de municípios, sendo utilizados os seguintes indicadores para tal definição: contiguidade territorial, alta densidade demográfica, estrutura produtiva caracterizada por elevada atividade urbana e, como consequência dessas variáveis, a presença de expressivos movimentos pendulares para o trabalho e/ou para o estudo, rumo a município distinto daquele onde a pessoa que se desloca reside. Na classificação das centralidades, Maringá se constitui como uma Capital Regional B, tanto em 2007 quanto no estudo de 2018.

O IBGE (IBGE-REGIC, 2007) considerou que, para as cidades constituintes das grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto da Área de Concentração de População - ACP ou de suas sub-áreas<sup>2</sup>. Dentre as 40 ACPs, constituídas por agregação de 336 municípios, encontravam-se Curitiba, Londrina e Maringá, no Paraná.

---

<sup>2</sup> As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo.

Essas espacialidades regionais são resultado de um processo histórico marcado por políticas regionais, locais e nacionais, alicerçadas numa economia cujo desenvolvimento, a partir da década de 1930, se vinculou à expansão do comércio internacional brasileiro ligado às lavouras cafeeiras paulistas, vivenciando um intenso processo de ocupação capitalista.

Considerada pelos poderes executivos, federal e estadual e, por agentes sociais associados a esses poderes, como “vazios demográficos”, essa fração do território paranaense localizada no Norte do Paraná, se incorporou ao sistema nacional de produção de café e, posteriormente, ao de outros grãos, o que possibilitou uma rápida delimitação dos contornos dos novos municípios de toda essa região paranaense. Consequentemente, pela via do processo de ocupação organizada por companhia privada, estabeleceram-se relações e papéis diferenciados dos núcleos populacionais que surgiram no caminho da expansão cafeeira. Maringá, como cidade polo com funções especializadas em torno de serviços, comércio e indústria voltados ao agropecuário, desde o início, extrapola o espaço físico da cidade e cumpre papel regional, definido na divisão nacional do trabalho.

A Figura 8 mostra o mapa com a região de influência e as conexões externas de Maringá/PR no ano de 2007, que na classificação das centralidades se constitui como uma Capital Regional B.

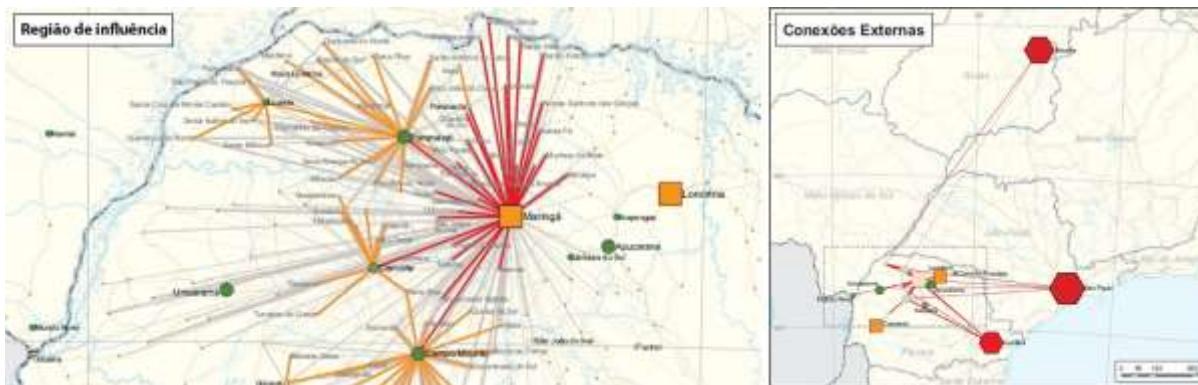


Figura 8: Região de influência e conexões externas – Maringá/PR – Capital Regional B – 2007.  
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2007 (2008, p. 122).

A classificação dos municípios integrantes da RMM se dá conforme sua posição na rede de cidades. De acordo com o Observatório das Metrópoles num estudo de 2012, dada a centralidade dos polos, os mesmos são estudados segundo unidades institucionalizadas em 6 níveis de integração, ou seja, além do polo os níveis variam de muito alta a muito baixa integração, conforme se pode observar para a região metropolitana em estudo, no Quadro 1.

Segundo este estudo (IBGE, 2008), a Capital Regional se caracteriza por integrar 70 centros, que se relacionam com o estrato superior da rede urbana (no caso da RMM, São Paulo, Curitiba e Brasília). Ela tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Maringá é alocada no grupo Capital regional B, que é constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos. No caso do Centro de zona, este é um nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata e exercem funções de gestão elementares. No caso em estudo, tem-se o Centro de zona A, que abarca 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Por último, tem-se o Centro local, no Brasil, caracterizam as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população dominanteamente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

Quadro 1: Municípios, centralidade e nível de integração da RM de Maringá/PR – 2012.

MUNICÍPIO	CENTRALIDADE – 2007	NÍVEL DE INTEGRAÇÃO
<b>Maringá</b>	<b>Capital regional B</b>	<b>Polo</b>
Sarandi	Não classificado REGIC	Muito alto
<b>Astorga</b>	<b>Centro local</b>	<b>Médio</b>
Jandaia do Sul	Centro de Zona A	Médio
<b>Mandaguaçu</b>	<b>Centro local</b>	<b>Médio</b>
Mandaguari	Não classificado REGIC	Médio
<b>Marialva</b>	<b>Não classificado REGIC</b>	<b>Médio</b>
Nova Esperança	Centro local	Médio
<b>Paiçandu</b>	<b>Não classificado REGIC</b>	<b>Médio</b>
Atalaia	Centro local	Baixo
<b>Cambira</b>	<b>Centro local</b>	<b>Baixo</b>
Doutor Camargo	Centro local	Baixo
<b>Floresta</b>	<b>Não classificado REGIC</b>	<b>Baixo</b>
Flórida	Centro local	Baixo
<b>Iguaraçu</b>	<b>Centro local</b>	<b>Baixo</b>
Itambé	Centro local	Baixo
<b>Ivatuba</b>	<b>Centro local</b>	<b>Baixo</b>
Lobato	Centro local	Baixo
<b>Munhoz de Melo</b>	<b>Centro local</b>	<b>Baixo</b>
Ourizona	Centro local	Baixo
<b>Presidente Castelo Branco</b>	<b>Centro local</b>	<b>Baixo</b>
Santa Fé	Centro local	Baixo
<b>Ângulo</b>	<b>Centro local</b>	<b>Muito baixo</b>
Bom Sucesso	Centro local	Muito baixo
<b>Floráí</b>	<b>Centro local</b>	<b>Muito baixo</b>
São Jorge do Ivaí	Centro local	Muito baixo

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (2007).

## NATUREZA DA INSERÇÃO DA RMM NA REDE URBANA BRASILEIRA: REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – 2018 /REGIC 2018

Neste recente estudo do IBGE (2020), Maringá se mantém classificada como Capital Regional B, ou seja, tem área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino, para um conjunto de atividades, por alguns municípios Um Arranjo Populacional no Norte do Paraná, igualmente a Londrina, ambos classificados como Capitais Regionais B. Maringá/PR, se constitui por 10 cidades (Quadro 2).

Isso significa que são estes os municípios que mantêm processos de integração entre si e, principalmente como polo, Maringá.

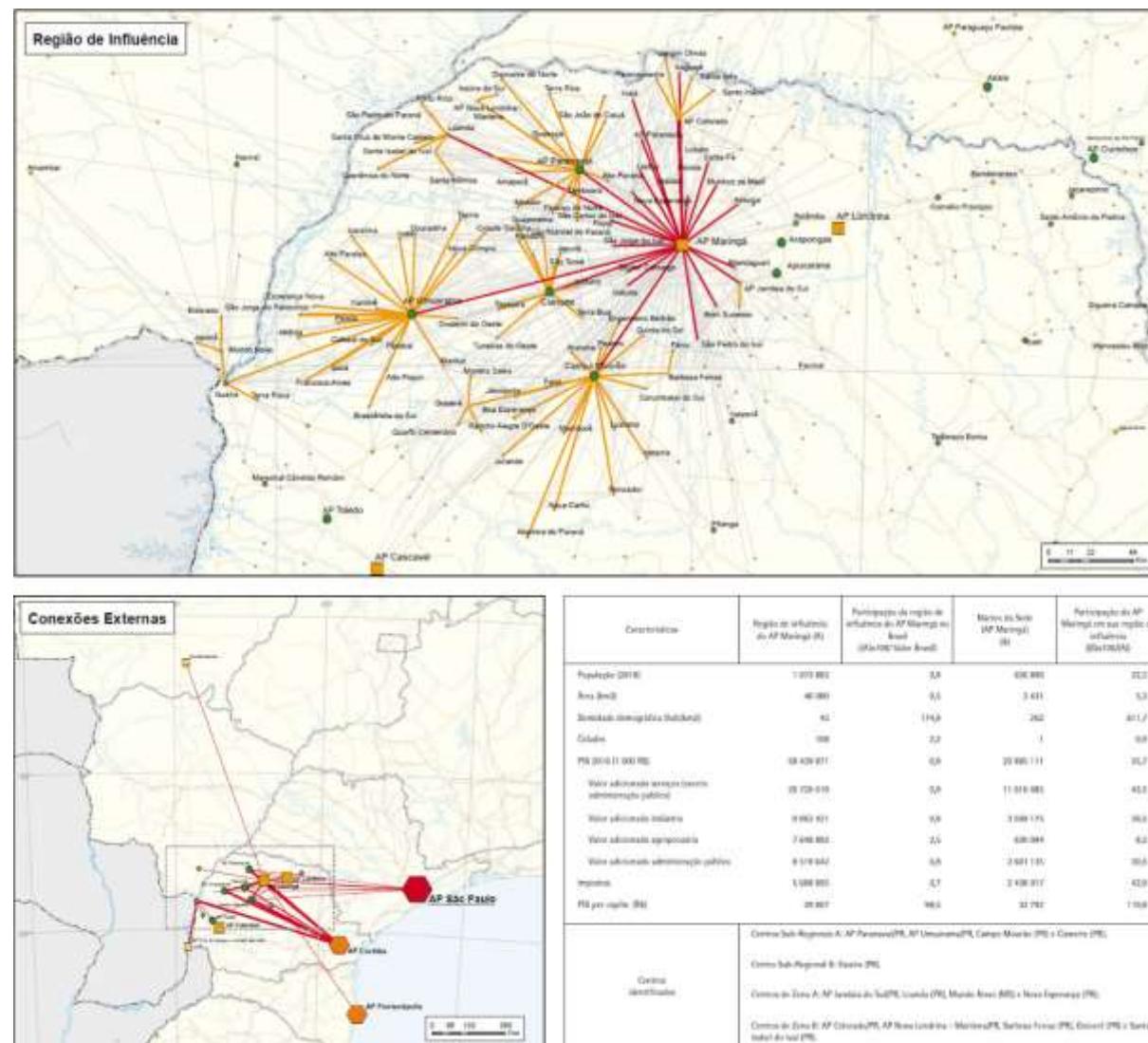
Na sequência (Figuras 9 e 10) se observa a representação gráfica dessa integração de cada um dos municípios em relação a Maringá/PR e com outros centros do estado. Além disso também se pode ver que a relação dos territórios do Norte e Oeste do Paraná têm, ainda, visível e importante relação com São Paulo. Até os anos 1970 esta era muito mais intensa, certamente, pois o Paraná não havia interiorizado um planejamento territorial.

Quadro 2: Municípios que mantêm processos de integração com Maringá (arranjo populacional de Maringá/PR) de acordo com o REGIC – 2018.

MUNICÍPIO	TIPO DE ARRANJO POPULACIONAL
Itambé	Média concentração urbana
Floresta	Média concentração urbana
Iguaraçu	Média concentração urbana
Paiçandu	Média concentração urbana
Ourizona	Média concentração urbana
Presidente Castelo Branco	Média concentração urbana
Maringá	Média concentração urbana
Mandaguacu	Média concentração urbana
Marialva	Média concentração urbana
Sarandi	Média concentração urbana

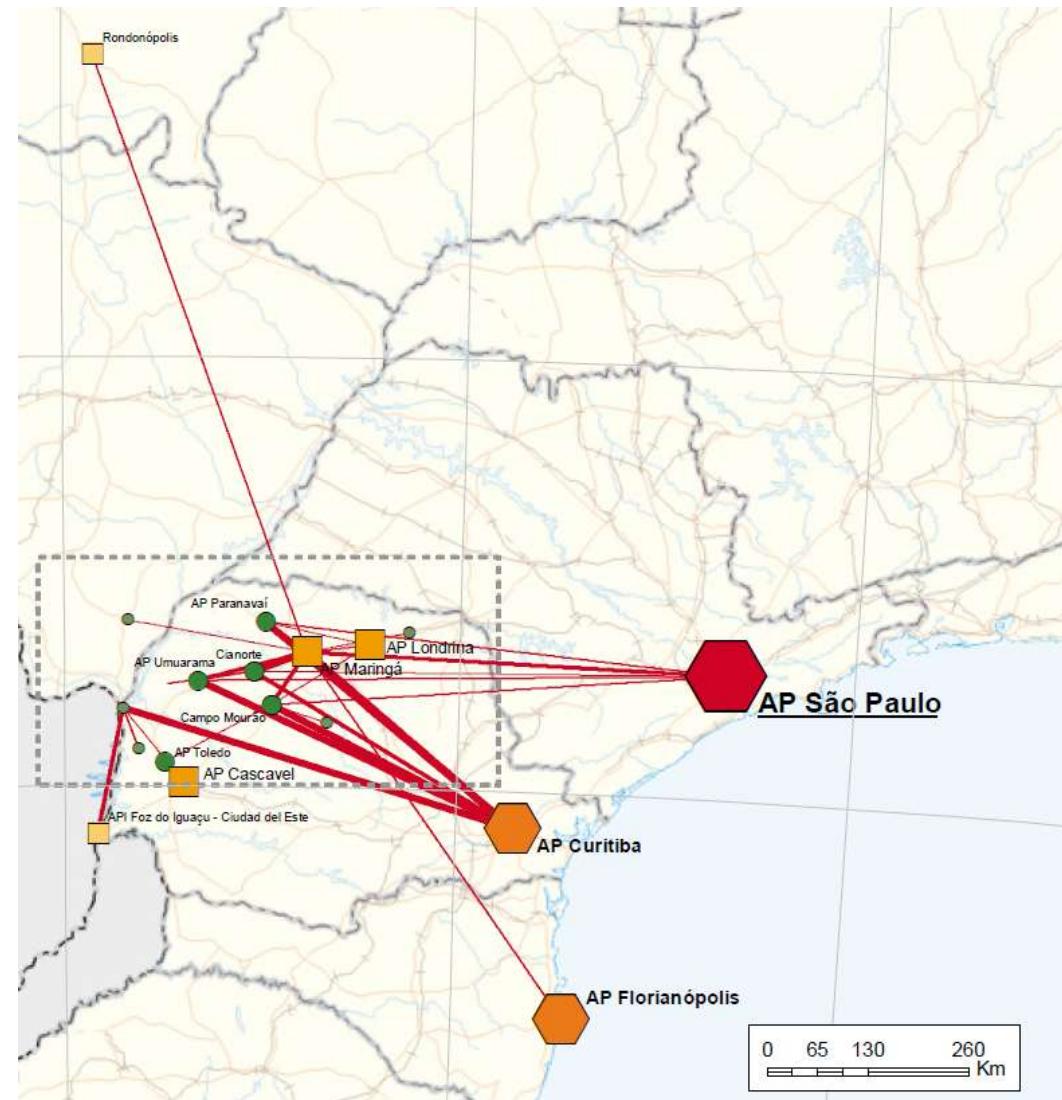
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2018 (2018).

Figura 9: Arranjo Populacional de Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 60).

Figura 10: Detalhamento das relações do AP Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 60).

Em seguida apresentaremos em detalhe as conexões do AP Maringá por meio de um conjunto de figuras com mapeamento de diversas variáveis, bem como no Quadro 3.

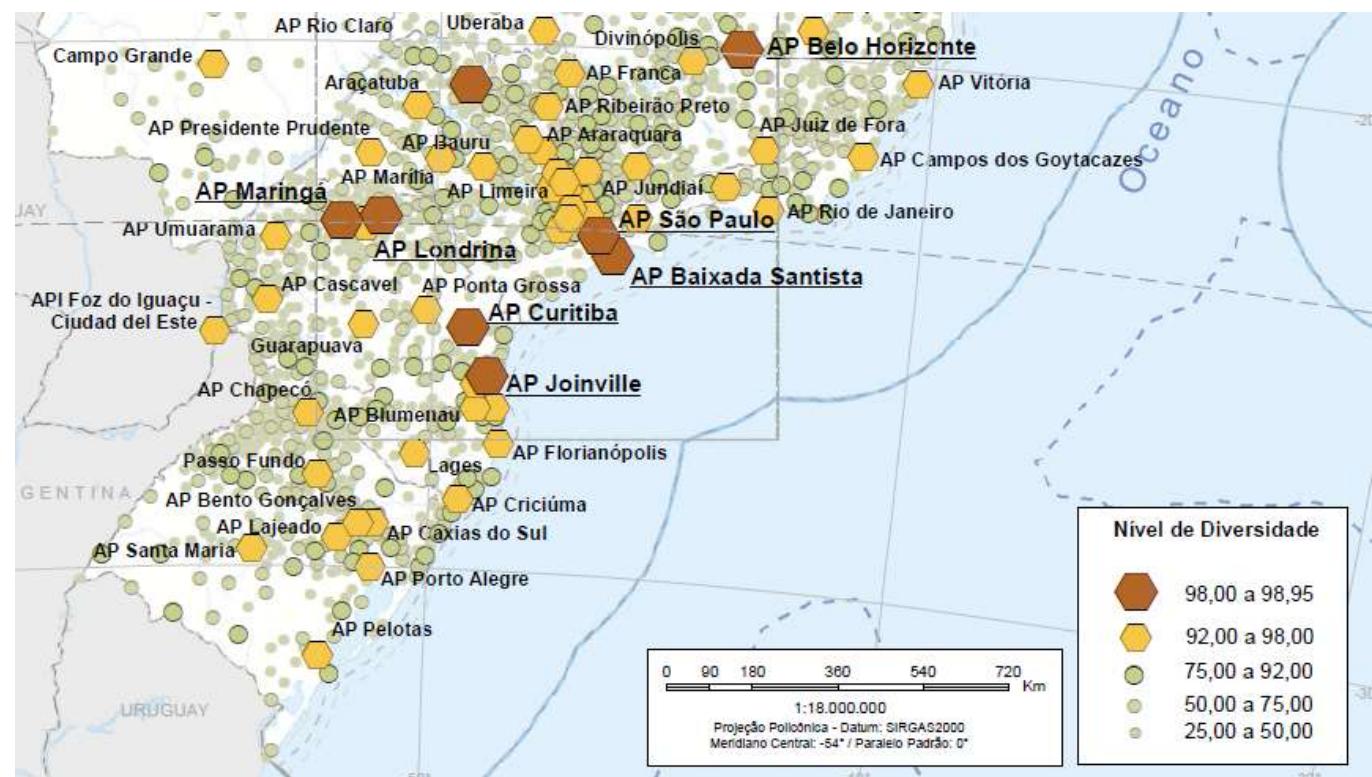
Quadro 3: Detalhamento das relações do AP Maringá/PR – Capital Regional B – 2018.

Características	Região de influência do AP Maringá (A)	Participação da região de influência do AP Maringá no Brasil ((A)x100/ Valor Brasil)	Núcleo da Sede (AP Maringá) (B)	Participação do AP Maringá em sua região de influência ((B)x100/(A))
População (2018)	1 973 883	0,9	636 899	32,3
Área (km2)	46 080	0,5	2 431	5,3
Densidade demográfica (hab/km2)	43	174,9	262	611,7
Cidades	108	2,2	1	0,9
PIB 2016 (1 000 R\$)	58 439 871	0,9	20 885 111	35,7
Valor adicionado serviços (exceto administração pública)	26 720 019	0,9	11 616 685	43,5
Valor adicionado indústria	9 862 421	0,9	3 599 175	36,5
Valor adicionado agropecuária	7 648 892	2,5	630 094	8,2
Valor adicionado administração pública	8 519 642	0,9	2 601 135	30,5
Impostos	5 688 893	0,7	2 438 017	42,9
PIB <i>per capita</i> (R\$)	29 607	98,5	32 792	110,8
Centros identificados	Centros Sub-Regionais A: AP Paranavaí/PR, AP Umuarama/PR, Campo Mourão (PR) e Cianorte (PR); Centro Sub-Regional B: Guaira (PR). Centros de Zona A: AP Jandaia do Sul/PR, Loanda (PR), Mundo Novo (MS) e Nova Esperança (PR); Centros de Zona B: AP Colorado/PR, AP Nova Londrina - Marilena/PR, Barbosa Ferraz (PR), Goioeré (PR) e Santa Isabel do Ivaí (PR).			

Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 60).

Importante esse achado para a RM de Maringá. A maior centralidade em relação ao comércio se encontra em cidades médias do Centro-Sul do País, como Uberlândia (MG) e nos Arranjos Populacionais de Londrina/PR, Maringá/PR, São José do Rio Preto/SP, entre outros. E, também, nas metrópoles São Paulo/SP, Curitiba/ PR, Belo Horizonte/MG e Goiânia/GO. Quanto às atividades de serviços somente São Paulo/SP e Rio de Janeiro/ RJ apresentam a maior diversidade, com destaque para ao AP do RJ (Figura 11).

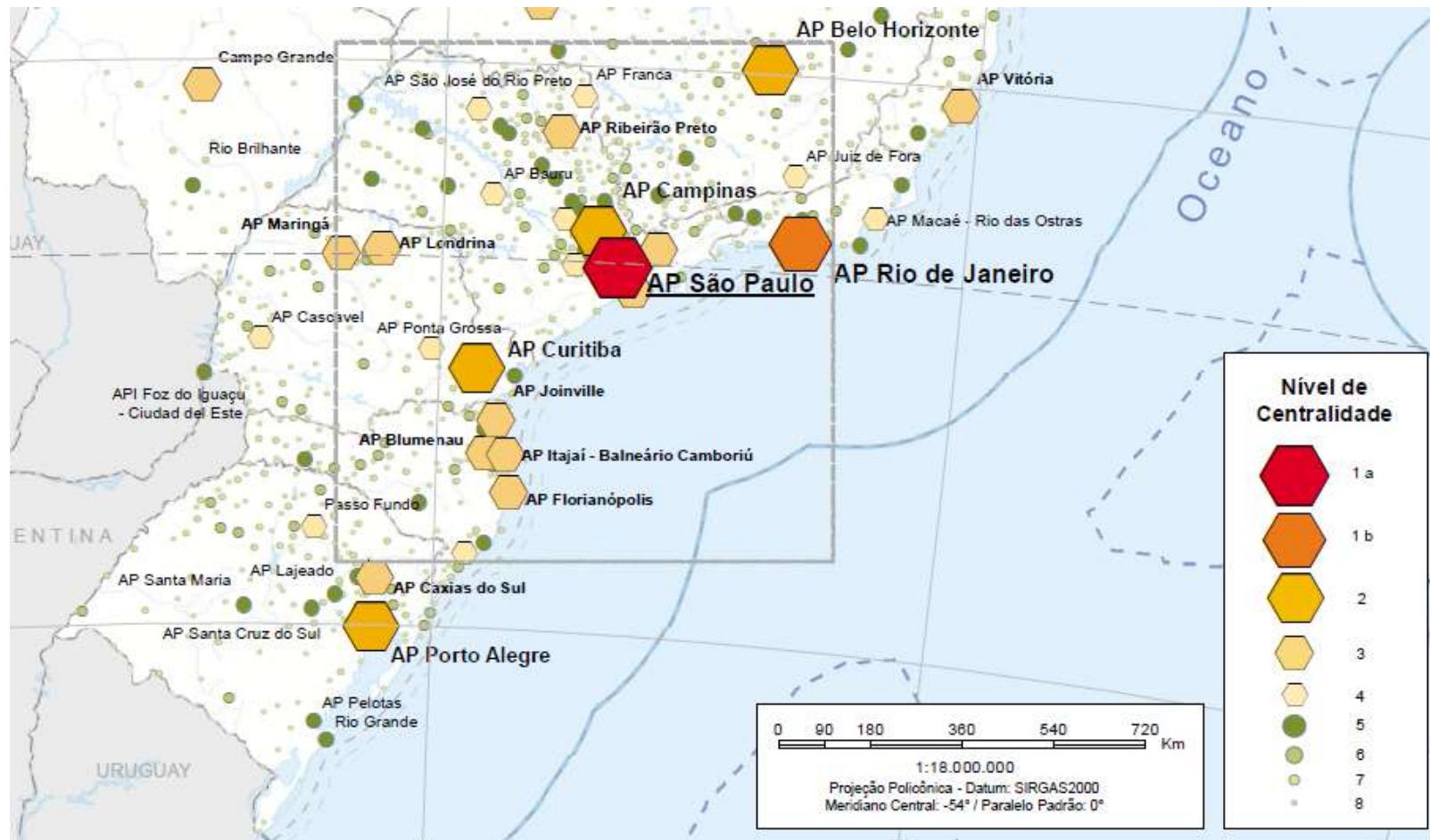
Figura 11: Atividades de comércio – Brasil – 2016.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 91).

A concentração da maior centralidade de gestão empresarial está nos centros na Região Sudeste e, especialmente, o Estado de São Paulo com seis do total das 25 cidades. São 27% das sedes de empresas “multilocalizadas” (Figura 12).

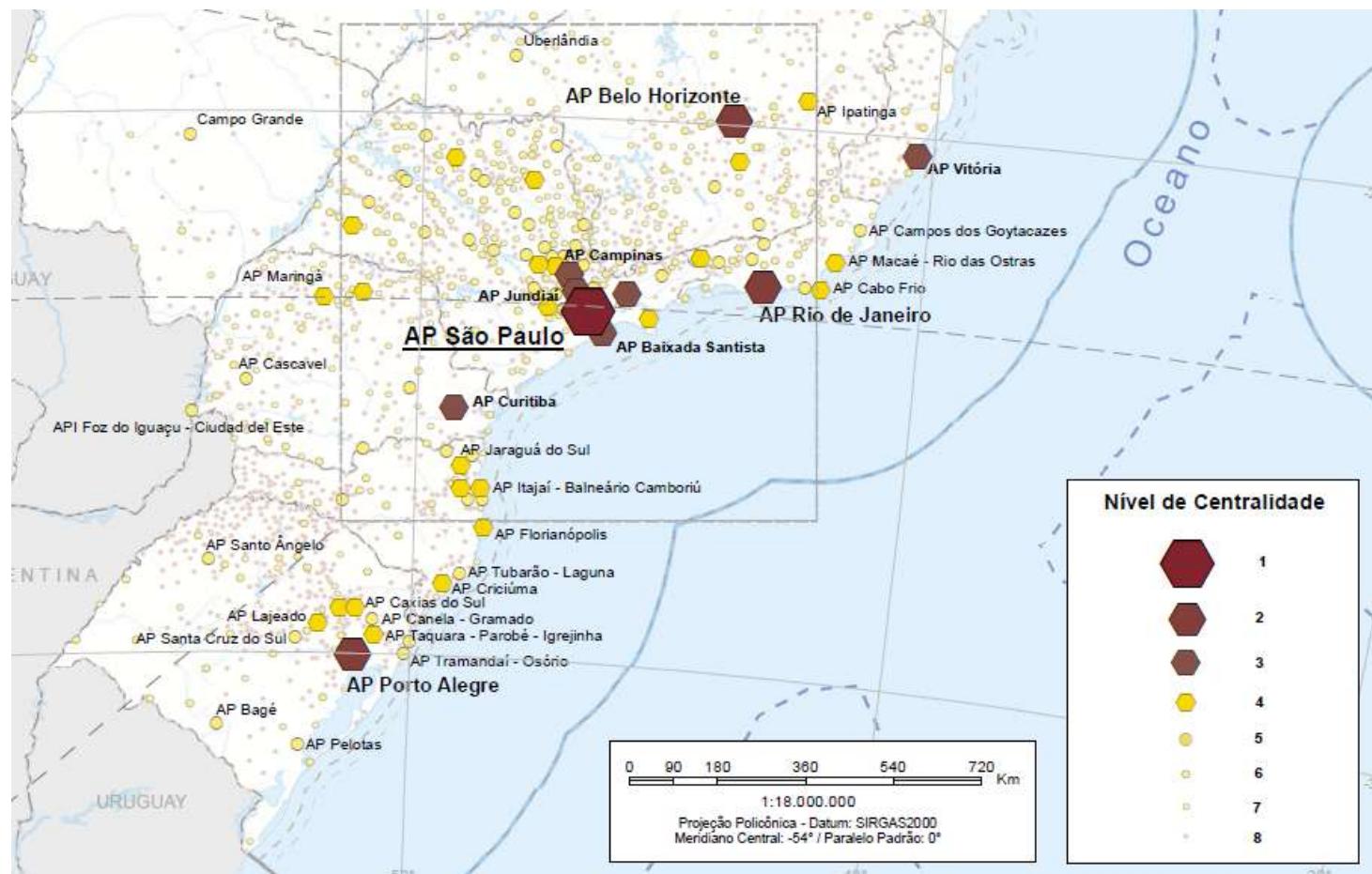
Figura 12: Gestão Empresarial – Brasil – 2016.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 82).

Há uma intensa concentração das atividades financeiras em alguns poucos locais no país, pois a financeirização da economia é localizada no centro político dos estados, em especial em São Paulo (Figura 13).

Figura 13: Atividades Financeiras – Brasil – 2019.

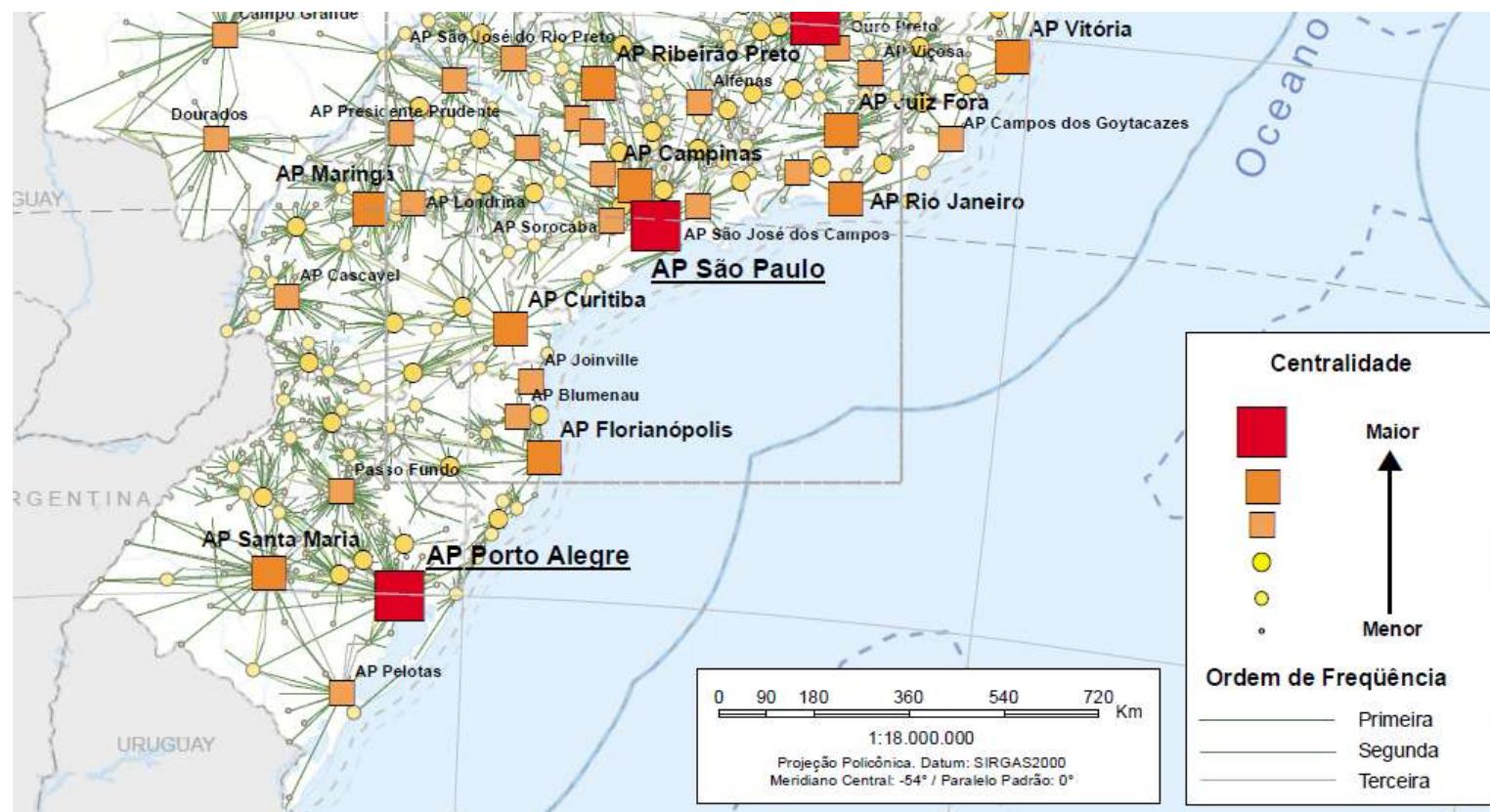


Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 96).

As duas capitais principais do país, constituídas pelos Arranjos Populacionais de São Paulo/SP e do Rio de Janeiro/RJ, concentram alunos no ensino superior (25% das matrículas), mas é importante citar que Maringá se destaca como tal, na mesma classificação de Curitiba (Figura 14).

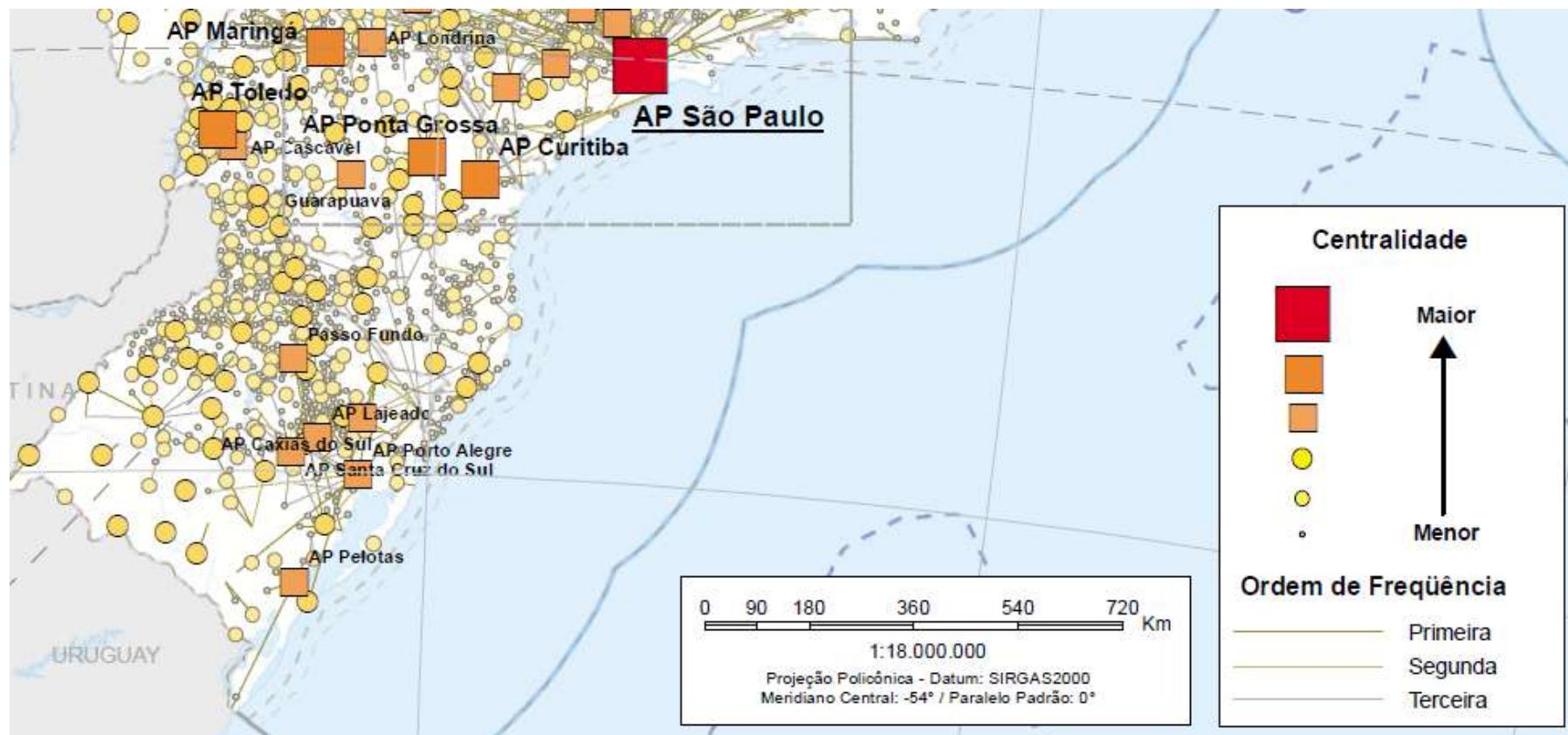
Quanto aos indicadores agropecuários, o Arranjo Populacional de Maringá se destaca, como observado nas Figuras 15, 16 e 17.

Figura 14: Deslocamentos para cursos superiores - Brasil – 2018.



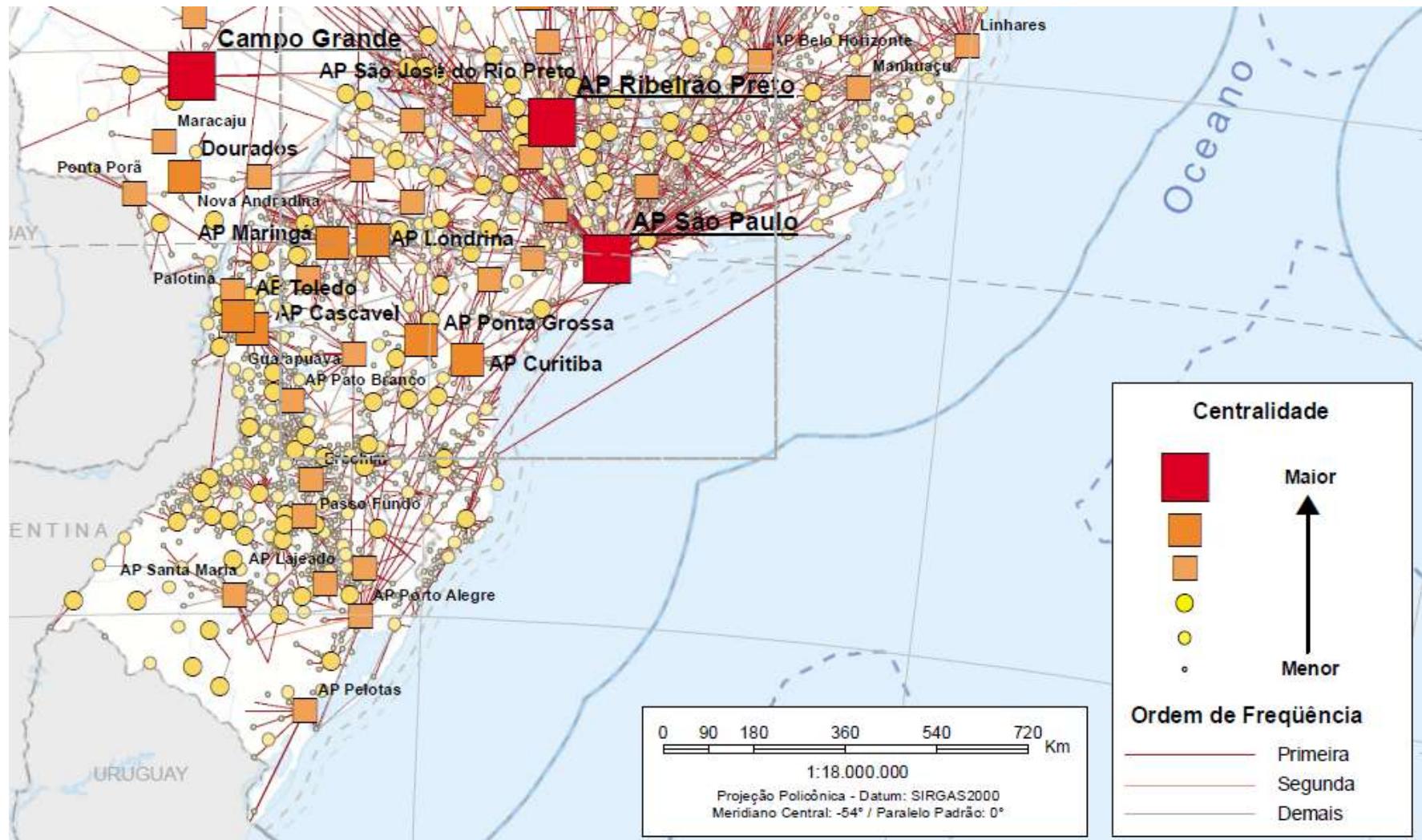
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 100).

Figura 15: Origem dos insumos para produção agropecuária – Brasil – 2018.



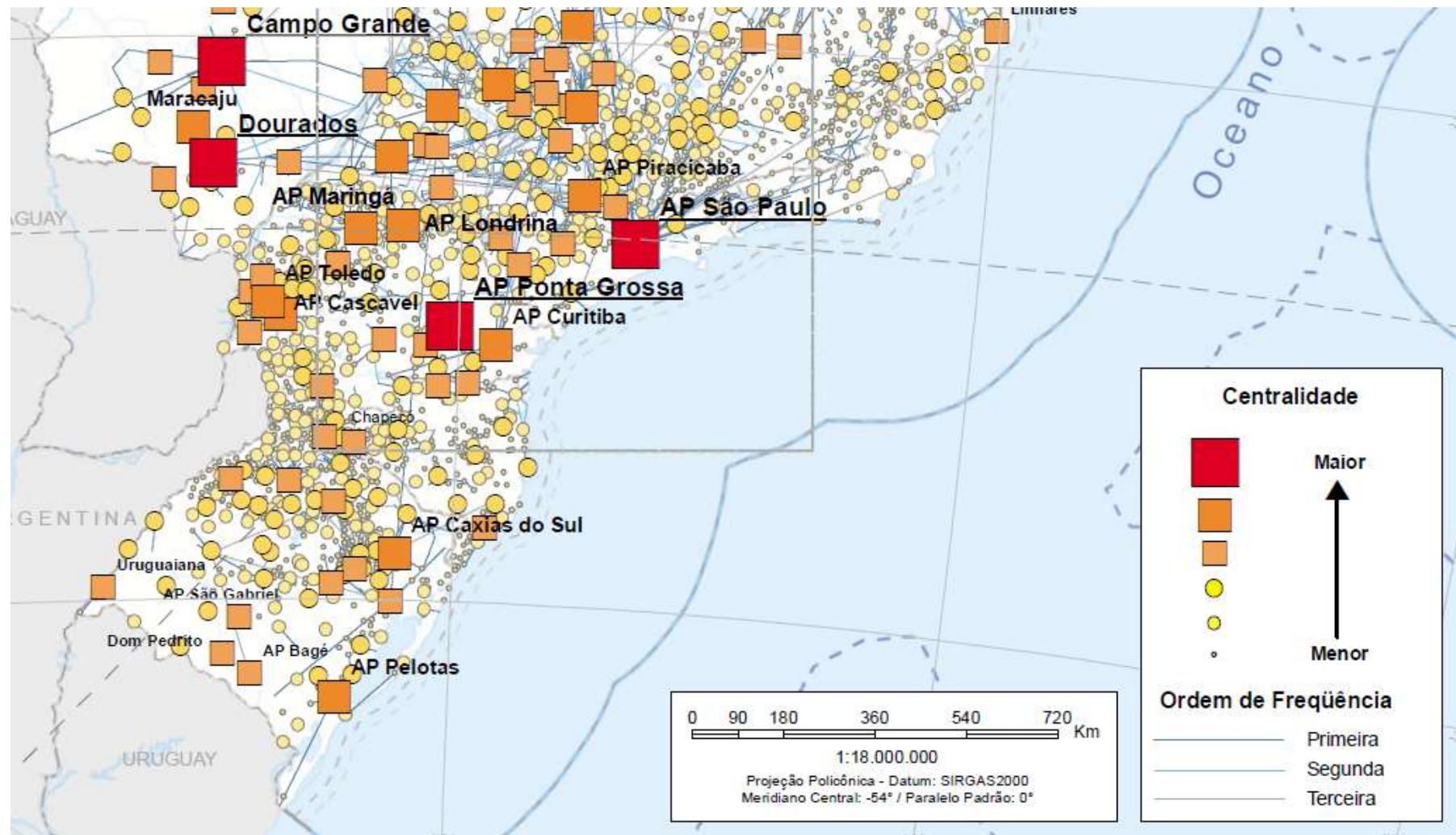
Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 137).

Figura 16: Origem do maquinário e implementos para produção agropecuária - Brasil – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 141).

Figura 17: Origem da assistência técnica para produção agropecuária - Brasil – 2018.



Fonte: IBGE, Regiões de Influência das Cidades 2018 (2020, p. 144).



# 1

## PERFIL MUNICIPAL

Neste trabalho será estabelecida a leitura da estrutura social do território do município de Itambé relativamente aos períodos 1991, 2000 e 2010. A análise inclui dados censitários (IBGE, 1991; 2000; 2010) tendo por objetivos: i) a sistematização do perfil social do território municipal para as duas últimas décadas; ii) a identificação e a interpretação do padrão de organização social deste território; e iii) a relação deste padrão com os processos de diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais, componentes da sociedade capitalista, numa região que surgiu como empreendimento imobiliário, se constituindo no maior loteamento privado do planeta. Enfim, buscamos relacionar a organização social municipal a este processo de desenvolvimento local historicamente ancorado em diferenciação, segmentação e segregação socioespaciais.

Admite-se, como pressuposto para a análise, que a posição ocupada pelos indivíduos na estrutura produtiva determina o acesso, que os mesmos terão, aos recursos materiais (renda e salário) e simbólicos (status e prestígio); e que isso define a organização social.

O município de Itambé foi desmembrado de Marialva em 30 de novembro de 1961 e teve sua emancipação política em 25 de julho do mesmo ano. Apresenta uma taxa de urbanização de 94,9%, que corresponde ao percentual de população residente no perímetro urbano em relação ao total municipal, que é de 6.109 habitantes, segundo a Estimativa Populacional (IBGE, 2020). Para avaliar o desenvolvimento social do município o principal indicador é o IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (variando entre 0 - valor mínimo e 1- valor máximo) que se apresenta em 2010 com 0,746<sup>3</sup>, o que significa um índice de alto IDH.

---

<sup>3</sup> IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano(Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/perguntas\\_frequentes/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/)).

Itambé apresenta uma taxa de analfabetismo de 14,74%, o que significa que esta é a parcela da população de 25 anos e mais, analfabeta (IBGE, 2010). O PIB per capita é de R\$29.018,00 (2020) sendo o do estado do Paraná R\$35.726,00 (IBGE/IPARDES, 2016). O salário médio mensal dos trabalhadores formais do município é de 2,1 salários mínimos e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 29,4%. Essas e outras informações municipais podem ser acessadas diretamente no link do IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/itambe/panorama>.

## **INDICE DA VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS) DO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) criou o Atlas da Vulnerabilidade Social, por meio de uma metodologia cujo índice é o “resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso”. Os subíndices, por sua vez, foram organizados com dados dos censos demográficos (IBGE, 2000 e 2010).

O IVS varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. Esse índice possui três dimensões: IVS Infraestrutura Urbana do território, IVS Capital Humano dos domicílios deste território e IVS Renda e trabalho dos residentes nestes domicílios, e dentro dessas três dimensões há 16 indicadores selecionados da Plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano (ADH), cujas variáveis foram obtidas nas bases dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010.

Os 16 indicadores que formam as dimensões IVS Infraestrutura, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho são:

- IVS Infraestrutura Urbana: Coleta de Lixo se há ou não, água e esgoto inadequados e tempo de descolamento casa-trabalho.
- IVS Capital Humano: Mortalidade Infantil, crianças de 0 a 5 anos fora da escola, pessoas que não estudam, não trabalham e de baixa renda, crianças de 6 a 14 anos fora da escola, mães jovens (10 a 17), mães sem fundamental mais filhos até 15 anos, analfabetismo e crianças em domicílio em quem ninguém tem fundamental completo.
- IVS Renda e Trabalho: Renda menor ou igual a R\$255,00; baixa renda e dependente de idoso, desocupação; trabalho infantil; ocupação informal sem ensino fundamental.

O IPEA estabeleceu faixas de vulnerabilidade social a partir dos valores do IVS (Figura 20). Assim, considerando o município como o território em análise, a cidade com indicador entre 0 e 0,200 é classificada como de vulnerabilidade social muito baixa, de 0,201 a 0,300 como baixa, de 0,301 a 0,400 como média, de 0,401 a 0,500 como de vulnerabilidade social alta e de 0,500 a 1 como muito alta. Essas informações estão no site <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>.



Figura 18: Faixas estabelecidas para os valores do índice da vulnerabilidade social.

Fonte: IPEA, IVS, 2020.

Os valores do Índice da Vulnerabilidade Social (IVS) de Itambé, bem como das dimensões que o compõe, segundo a cor da pele nos anos de 2000 e 2010, estão na Tabela 3.

Sem considerar a cor da pele, o município apresentou vulnerabilidade social média no ano 2000, com indicador de 0,329, e reduziu para baixa em 2010, índice de 0,216. Quanto a dimensão IVS Infraestrutura Urbana, em ambas as décadas, a vulnerabilidade social se manteve na faixa baixa, com valores de 0,260 em 2000 e 0,257 em 2010. Já para o IVS Capital Humano, o índice era considerado como de média vulnerabilidade em 2000 (0,329) e reduziu para baixa em 2010 (0,257). Por fim, para o IVS Renda e Trabalho, o município apresentou indicador de 0,398 no ano 2000 (média) e decaiu para 0,160 em 2010 (muito baixa), logo ocorreu melhora na vulnerabilidade social para essa dimensão na década avaliada.

Ainda na Tabela 3, não haviam índices disponíveis para os negros no ano de 2000, entretanto, para o ano de 2010, a vulnerabilidade social foi considerada muito baixa, com valor de 0,165. Já para as pessoas que se identificaram como de cor branca no município de Itambé, houve melhora em relação

Tabela 3: Índice da Vulnerabilidade Social (IVS) e suas dimensões segundo a cor no município de Itambé - 2000 e 2010.

Ano	Cor	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
<b>2000</b>	<b>Total</b>	<b>0,329</b>	<b>0,260</b>	<b>0,329</b>	<b>0,398</b>
2010	Total	0,216	0,257	0,232	0,160
<b>2000</b>	<b>Negro</b>	-	-	-	-
2010	Negro	0,165	0,052	0,254	0,187
<b>2000</b>	<b>Branco</b>	<b>0,329</b>	<b>0,383</b>	<b>0,319</b>	<b>0,286</b>
2010	Branco	0,257	0,380	0,248	0,143

Fonte: IPEA – IVS, 2020.

à vulnerabilidade social, pois reduziu de 0,329 em 2000 para 0,257 em 2010, ou seja, de um IVS considerado médio para baixo.

Com relação a dimensão IVS Infraestrutura Urbana, o indicador está na faixa considerada como muito baixa para a população negra, com valor de 0,052 em 2010, e para pessoas brancas, o índice passou de 0,383 em 2000 para 0,380 em 2010, assim se manteve na faixa de vulnerabilidade média no período.

Para a dimensão IVS Capital Humano de Itambé, as pessoas de cor branca apresentaram índice de 0,319 no ano de 2000 e de 0,248 em 2010, ou seja, a vulnerabilidade social dos brancos reduziu de média para baixa na década, já para as pessoas negras, a vulnerabilidade social é baixa em 2010, com indicador de 0,254.

Em relação à dimensão IVS Renda e Trabalho, as pessoas negras apresentaram indicador na faixa de muito baixa vulnerabilidade no ano 2010, com índice de 0,187, já as pessoas brancas reduziram de baixa em 2000, com valor de 0,286, para muito baixa em 2010, índice de 0,143.

A Tabela 4 apresenta os valores do IVS e de dados demográficos que refletem alguns aspectos das condições de vida segundo o sexo, 2000 e 2010, para o município de Itambé.

Tabela 4: Índice da Vulnerabilidade Social (IVS) e dados demográficos segundo o sexo no município de Itambé - 2000 e 2010.

Ano	Sexo	IVS	Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a ½ SM (2010)	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	Percentual de pessoas de 18 ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal	Percentual de pessoas em domicílio com renda per capita inferior a ½ SM (2010) e dependentes de idosos	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade
2000	<b>Total</b>	0,329	43,9	7,6	46,2	3,4	9,2
2010	<b>Total</b>	0,216	14,6	3,6	32,4	0,6	1,1
2000	<b>Homem</b>	-	44,4	4,2	11,1	3,6	11,4
2010	<b>Homem</b>	-	14,8	1,2	26,9	0,7	0,9
2000	<b>Mulher</b>	0,236	45,9	13,3	0,6	3,1	6,8
2010	<b>Mulher</b>	0,158	14,5	7,0	37,6	0,5	1,3

Fonte: IPEA – IVS, 2020.

Independentemente do sexo, o IVS total de Itambé era de 0,329 em 2000 e de 0,216 em 2010, ou seja, houve redução da situação de vulnerabilidade da população residente. Para o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (SM), os valores diminuíram 43,9% para 14,6% na década. Já a taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade, reduziu de 7,6% em 2000 para 3,6% em 2010. Quanto ao percentual de pessoas de 18 ou mais sem fundamental completo, em ocupação informal, o valor era de 46,2% no ano 2000 e decaiu para 32,4% em 2010. Ao avaliar o percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  SM (2010) e com dependentes de idosos, observou-se que esse valor era de 3,4% em 2000 e reduziu para 0,6% em 2010. Por fim, a taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade no município de Itambé era de 9,2% em 2000 e reduziu para 1,1% em 2010.

Ao analisar o IVS segundo o sexo, não haviam índices disponíveis para os homens, entretanto, para as mulheres, a vulnerabilidade social reduziu de baixa para muito baixa entre 2000 e em 2010, com valores de 0,236 e de 0,158, respectivamente.

Quanto ao percentual de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio SM no ano 2000, o valor era de 44,4% para os homens e de 45,9% para as mulheres. Já em 2010, essa proporção apresentou redução, com valores de 14,8% para os homens e de 14,5% para as mulheres.

A taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade caiu entre os anos 2000 e 2010. Entre homens e mulheres, há a seguinte situação: em 2000, os homens apresentam uma taxa de 4,2% e as mulheres de 13,3%; em 2010, 1,2% e 7%, respectivamente para o sexo. Nota-se que, as mulheres mantêm taxa de desocupação maior em relação aos homens no período.

Quanto ao percentual de pessoas maiores de 18 anos sem fundamental completo e em atividade de trabalho informal, entre 2000 e 2010, os homens ampliam de 11,1% para 26,9% e as mulheres de 0,6% para 37,6%, o que expressa a precarização das relações de trabalho.

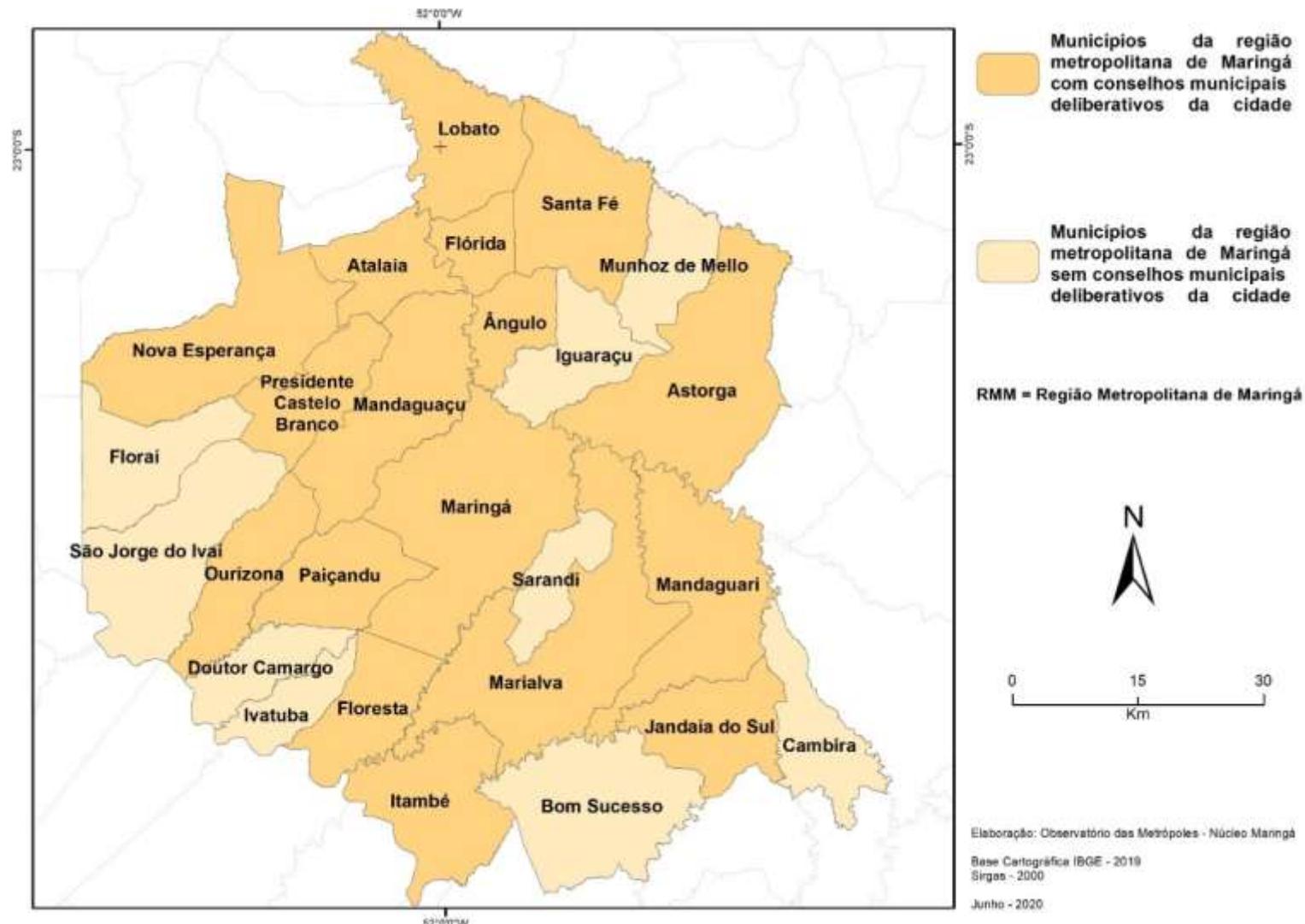
O percentual de homens em domicílios com renda per capita menor que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e com dependentes de idosos decai no período, de 3,6% para 0,7% e, de mulheres, de 3,1% para 0,5%.

Por fim, ao observar a taxa de pessoas entre 10 e 14 anos em atividade de trabalho, há diminuição de 11,4% para 0,9% para os homens e de 6,8% para 1,3% para as mulheres, valores respectivos para os anos de 2000 e 2010.

#### **CONSELHOS DAS CIDADES NA RMM E TOTAL DE ELETORES DE ITAMBÉ**

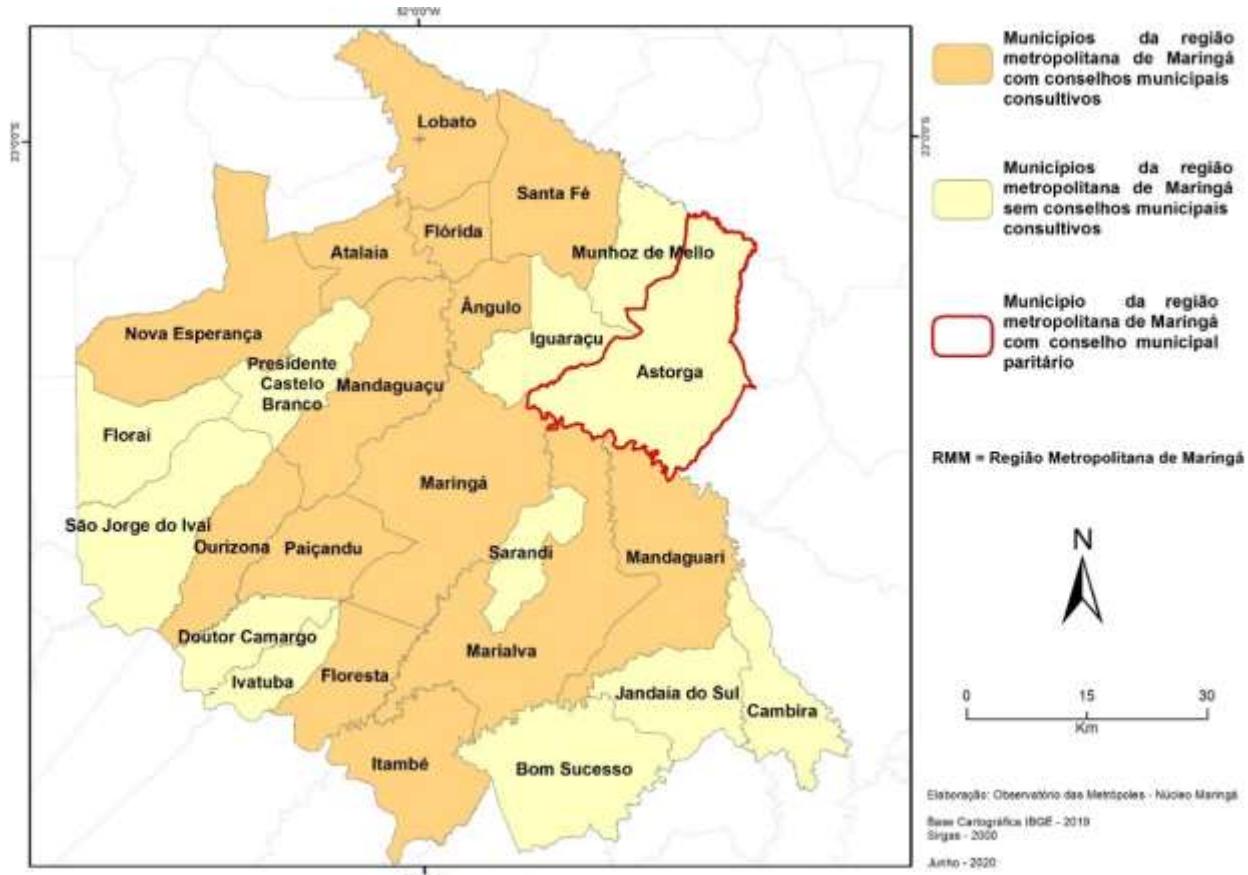
Nas Figuras 19 e 20 estão representados os municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) de acordo com as atribuições dos Conselhos Municipais da Cidade: deliberativo, consultivo ou fiscalizatório. Observa-se que Itambé possui Conselho Municipal da Cidade no âmbito do Plano Diretor Municipal tanto no caráter deliberativo quanto no consultivo. Essas informações estão no site <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/>.

Figura 19: Municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) de acordo com os Conselhos Municipais das Cidades de caráter deliberativo.



Fonte: PEREIRA, Ingrid Spagnol, 2020.

Figura 20: Municípios da Região Metropolitana de Maringá (RMM) de acordo com os Conselhos Municipais das Cidades de caráter consultivo e paritário.



Fonte: PEREIRA, Ingrid Spagnol, 2020.

Na sequência, observa-se na Tabela 5 que, a partir da atualização realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para as Eleições 2020, Itambé possui 5.212 eleitores. Além disso, estimou-se que a população desse município era de 6.109 habitantes no ano de 2020 (IBGE, 2020).

Tabela 5: Total de eleitores (2020) e população estimada (2020) por município da Região Metropolitana de Maringá (RMM).

MUNICÍPIO	NÚMERO DE ELEITORES (MAIO/2020)	POPUAÇÃO ESTIMADA (2020)
Ângulo	2.592	2.930
Astorga	20.749	26.209
Atalaia	3.551	3.881
Bom Sucesso	5.108	7.068
Cambira	5.918	7.917
Doutor Camargo	5.046	5.983
Floraí	4.489	4.906
Floresta	6.516	6.851
Flórida	2.238	2.699
Iguaraçu	3.895	4.440
Itambé	5.208	6.109
Itatuba	2.754	3.279
Jandaia do Sul	15.807	21.230
Lobato	3.759	4.819
Mandaguaçu	18.522	23.100
Mandaguari	27.228	34.515
Marialva	29.096	35.804
Maringá	279.500	430.157
Munhoz de Melo	3.327	4.009
Nova Esperança	20.751	27.984
Ourizona	2.853	3.425
Paiçandu	27.873	41.773
Presidente Castelo Branco	4.035	5.351
Santa Fé	8.679	12.186
São Jorge do Ivaí	4.741	5.543
Sarandi	64.050	97.803
<b>TOTAL</b>	<b>578.285</b>	<b>829.971</b>

Fonte: TSE, 2020; IBGE – Estimativa Populacional, 2020.

Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá, 2020.

## 2 CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS CATS

A metodologia das Categorias sócio-ocupacionais - CATs, desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles<sup>4</sup>, constituída pela análise social do território, utiliza a categoria ocupação – ocupação principal do indivíduo – cruzando-a com outras variáveis (renda, escolaridade, situação na ocupação, setor de atividade econômica e setor institucional) para definir uma estratificação social composta por vinte e quatro categorias, denominadas Categorias sócio-ocupacionais (CATs), agrupadas em 8 (oito) grandes grupos, assim classificados: 1) Dirigentes; 2) Profissionais de nível superior; 3) Pequenos empregadores; 4) Ocupações médias; 5) Trabalhadores do terciário especializado; 6) Trabalhadores do Secundário; 7) Trabalhadores do terciário não especializado e 8) Trabalhadores.

As pesquisas desenvolvidas nesse viés metodológico têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estrutura social “... entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (RIBEIRO & LAGO, 2000, p.12). A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras, afirmam os autores, está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturadora das relações sociais.

A base territorial dos estudos desenvolvidos no âmbito do Observatório das Metrópoles é a Região Metropolitana de Maringá, localizada no Norte Central do Estado do Paraná, na região Sul do Brasil. A região metropolitana foi institucionalizada pela Assembleia Legislativa do Paraná, conforme Lei Complementar (LC) n. 83/98; era inicialmente composta por oito municípios e foi acrescida, por outras leis complementares, de outros dezoito, desde então, como se observa na Figura 21.

---

<sup>4</sup> Sobre os procedimentos metodológicos e softwares envolvidos na metodologia de análise social do território proposta pelo Observatório das Metrópoles, ver: RIBEIRO & RIBEIRO, 2013, p. 34-35.

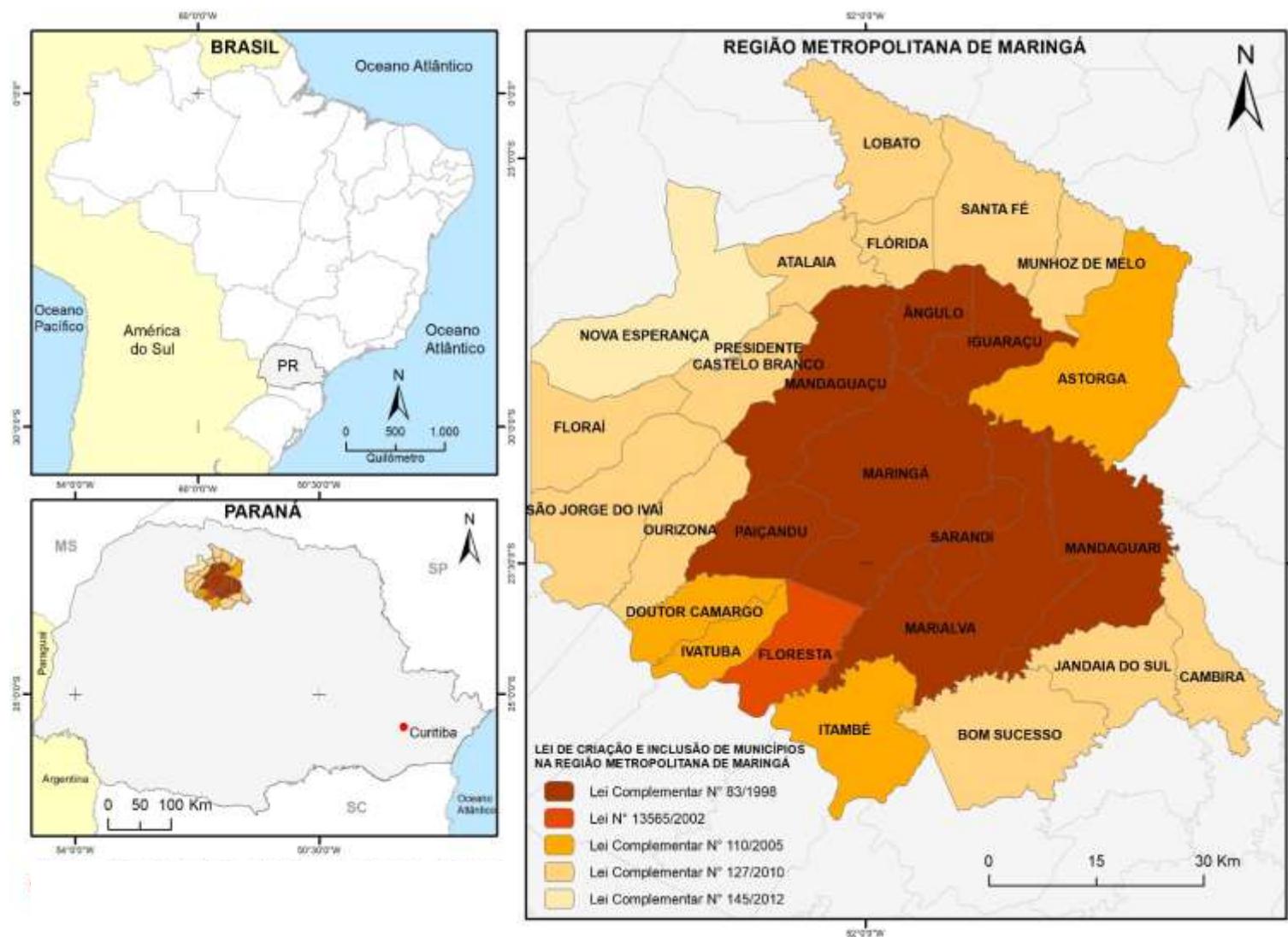


Figura 21: Localização da Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná – Brasil, conforme legislação estadual – 2013. Fonte: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá a partir da base cartográfica do IBGE, 2020. Fonte: Casa Civil do Estado do Paraná, 2020.

A partir dos estudos já desenvolvidos para a RMM, nesta oportunidade desagregamos a análise realizada para o conjunto da RM, para os 26 municípios metropolitanos realizando, assim, estudos específicos às estruturas sociais de cada município, sendo este trabalho relativo a Itambé (Figura 22). Os dados das ocupações (agrupadas nas CATs) em cada município poderão ser territorializados segundo as Áreas de Ponderação, que constituem o território dos Dados da Amostra (APONDS) construídas pelo IBGE<sup>5</sup>, a partir dos seguintes critérios: i) a princípio, cada município é uma área de ponderação; ii) municípios maiores foram subdivididos automaticamente respeitando os critérios de vizinhança entre setores censitários e tamanho mínimo da área de ponderação e; iii) para alguns municípios foram definidas frações amostrais distintas visando garantir a qualidade das estimativas para algumas áreas de interesse e, portanto, cada uma dessas áreas foi definida como uma área de ponderação (IBGE, 2010). Itambé está dividido em uma APOND e, por isso, não faz sentido mapear os dados. Dessa forma, análise realizada nesta pesquisa trata das mudanças do perfil social do município nas duas últimas décadas.

---

<sup>5</sup> APOND: Definida pelo IBGE (2010) como unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo, sendo sistematizadas 6.241 áreas para todo o Brasil. O tamanho mínimo definido para uma área de ponderação foi estabelecido em 400 domicílios particulares ocupados ([http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares\\_amostra/notas\\_resultados\\_preliminares\\_amostra.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf)).

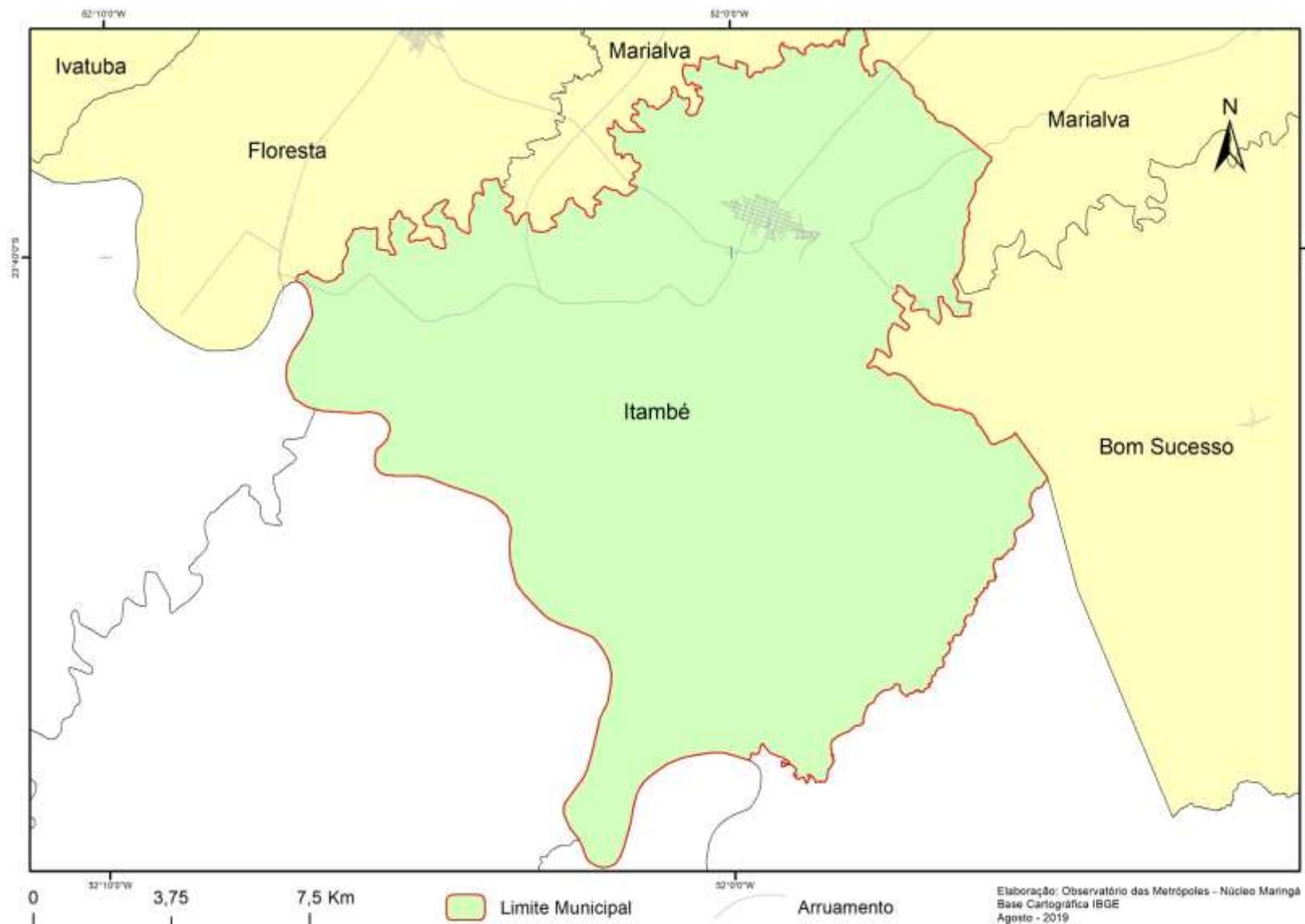


Figura 22: Localização e arruamento do município de Itambé/PR – 2019.

Fonte: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá (2020) a partir da base cartográfica do IBGE, 2019.

# 3

## CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS NA ESTRUTURA SOCIAL DE ITAMBÉ

As características do perfil social de Itambé nas duas últimas décadas são analisadas tendo em vista as categorias sócio-ocupacionais (CATs), construídas como proxy da estrutura social deste território, que são os pressupostos adotados pelo Observatório das Metrópoles sobre os modos como a desigualdade se expressa no território, tanto como produto da estrutura produtiva da sociedade, quanto como reprodução do território desigual que a constitui.

O perfil social do município de Itambé e as suas mudanças ou permanências podem ser observados a partir da estrutura sócio-ocupacional apresentada nas duas últimas décadas (Tabelas 6 e 7), na qual se nota a preponderância das atividades agrícolas.

Pela Tabela 6, simplificada, vê-se que a agricultura foi a maior empregadora entre os anos de 1991 e 2000, tendo incorporado 42,4% dos ocupados em 1991, 27,5% em 2000 e 22,4% em 2010. Em 2010 a indústria passou a ser o grupo de categorias responsável por ocupar mais empregos com 28%. Pela Tabela 7 mais completa, adiante, vê-se que, dentre estas ocupações do secundário (indústria), predominaram a categoria dos operários da construção civil, os quais empregaram 7,0% em 1991, com um declínio para 4,9% em 2000 e voltou ampliar com 9,4% em 2010, do total dos ocupados residentes

Tabela 6: Estrutura Social do Município de Itambé – 1991, 2000 e 2010.

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	Ano												Diferença					
	1991		2000		2010		2000-1991		2010-2000		2010-1991							
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
POPULAÇÃO TOTAL	6.169	-	5.956	-	5.979	-	-213	-3,5	23	0,4	-190	-3,1						
<b>1 DIRIGENTES</b>	28	1,0	11	0,5	19	0,8	-17	-59,8	8	70,5	-9	-31,5						
<b>2 PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR</b>	84	3,1	93	3,7	146	6,1	9	11,1	53	56,7	62	74,1						
<b>3 PEQUENOS EMPREGADORES</b>	107	3,9	42	1,7	15	0,6	-65	-60,8	-27	-63,7	-92	-85,8						
<b>4 OCUPAÇÕES MÉDIAS</b>	267	9,8	276	11,1	337	14,0	9	3,4	61	22,0	70	26,1						
<b>5 TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO</b>	216	7,9	396	15,9	269	11,2	180	83,6	-127	-32,0	54	24,8						
<b>6 TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO</b>	525	19,2	514	20,6	675	28,0	-11	-2,1	161	31,3	150	28,5						
<b>7 TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO</b>	343	12,6	472	18,9	405	16,8	128	37,4	-67	-14,1	62	18,0						
<b>8 TRABALHADORES AGRÍCOLAS</b>	1.158	42,4	685	27,5	540	22,4	-472	-40,8	-146	-21,2	-618	-53,4						
<b>TOTAL</b>	2.727	100,0	2.490	100,0	2.406	100,0	-237	-8,7	-84	-3,4	-321	-11,8						

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2020.

Tabela 7: Estrutura Social do Município de Itambé – 1991, 2000 e 2010.

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS		Ano						Diferença					
		1991		2000		2010		2000-1991		2010-2000		2010-1991	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
	POPULAÇÃO TOTAL	6.169	-	5.956	-	5.979	-	-213	-3,5	23	0,4	-190	-3,1
cat21	Grandes empregadores	28	1,0	5	0,2	0	0,0	-23	-83,6	-5	-100,0	-28	-100,0
cat22	Dirigentes do setor público	0	0,0	0	0,0	19	0,8	0	-	19	-	19	-
cat23	Dirigentes do setor privado	0	0,0	7	0,3	0	0,0	7	-	-7	-100,0	0	-
	DIRIGENTES	28	1,0	11	0,5	19	0,8	-17	-59,8	8	70,5	-9	-31,5
cat41	Profissionais autônomos de nível superior	4	0,1	18	0,7	21	0,9	14	357,9	2	13,3	17	418,8
cat42	Profissionais empregados de nível superior	0	0,0	11	0,4	46	1,9	11	-	36	339,5	46	-
cat43	Profissionais estatutários de nível superior	24	0,9	10	0,4	3	0,1	-13	-56,2	-7	-70,8	-21	-87,2
cat44	Professores de nível superior	56	2,1	54	2,2	76	3,2	-2	-3,9	22	40,7	20	35,3
	PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR	84	3,1	93	3,7	146	6,1	9	11,1	53	56,7	62	74,1
cat31	Pequenos empregadores	107	3,9	42	1,7	15	0,6	-65	-60,8	-27	-63,7	-92	-85,8
	PEQUENOS EMPREGADORES	107	3,9	42	1,7	15	0,6	-65	-60,8	-27	-63,7	-92	-85,8
cat51	Ocupações de escritório	87	3,2	127	5,1	93	3,9	40	46,1	-34	-26,6	6	7,2
cat52	Ocupações de supervisão	45	1,6	41	1,7	77	3,2	-4	-8,3	36	87,7	32	72,2
cat53	Ocupações técnicas	29	1,1	36	1,5	68	2,8	7	25,6	32	86,4	39	134,1
cat54	Ocupações da saúde e educação	73	2,7	29	1,1	77	3,2	-45	-61,1	49	171,3	4	5,6
cat55	Ocupações de segurança, justiça e correios	10	0,4	34	1,4	6	0,3	25	253,8	-28	-81,5	-3	-34,4
cat32	Ocupações artísticas e similares	23	0,9	9	0,3	15	0,6	-15	-62,9	6	69,2	-9	-37,2
	OCUPAÇÕES MÉDIAS	267	9,8	276	11,1	337	14,0	9	3,4	61	22,0	70	26,1
cat61	Trabalhadores do comércio	159	5,8	210	8,4	159	6,6	51	31,8	-51	-24,2	0	-0,1
cat62	Prestadores de serviços especializados	57	2,1	187	7,5	110	4,6	130	228,8	-76	-40,8	54	94,6
	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO ESPECIALIZADO	216	7,9	396	15,9	269	11,2	180	83,6	-127	-32,0	54	24,8
cat71	Trabalhadores da indústria moderna	107	3,9	128	5,2	113	4,7	21	19,5	-16	-12,3	5	4,8
cat72	Trabalhadores da indústria tradicional	139	5,1	165	6,6	129	5,4	26	18,3	-36	-21,8	-10	-7,4
cat73	Trabalhadores dos serviços auxiliares	88	3,2	99	4,0	207	8,6	11	12,6	108	109,8	120	136,3
cat74	Operários da construção civil	190	7,0	122	4,9	226	9,4	-68	-35,9	104	85,1	35	18,6
	TRABALHADORES DO SECUNDÁRIO	525	19,2	514	20,6	675	28,0	-11	-2,1	161	31,3	150	28,5
cat63	Prestadores de serviços não-especializados	153	5,6	95	3,8	172	7,2	-58	-38,0	78	81,8	19	12,6
cat81	Empregados domésticos	178	6,5	323	13,0	228	9,5	145	81,9	-95	-29,3	51	28,6
cat82	Ambulantes e biscoateiros	13	0,5	54	2,2	4	0,2	41	325,9	-50	-91,9	-8	-65,6
	TRABALHADORES DO TERCIÁRIO NÃO-ESPECIALIZADO	343	12,6	472	18,9	405	16,8	128	37,4	-67	-14,1	62	18,0
cat10	Agricultores	1.158	42,4	685	27,5	540	22,4	-472	-40,8	-146	-21,2	-618	-53,4
	TRABALHADORES AGRÍCOLAS	1.158	42,4	685	27,5	540	22,4	-472	-40,8	-146	-21,2	-618	-53,4
	TOTAL	2.727	100,0	2.490	100,0	2.406	100,0	-237	-8,7	-84	-3,4	-321	-11,8

Fonte: IBGE, Censos demográficos 1991, 2000 e 2010. Elaboração: Observatório das Metrópoles – Núcleo UEM/Maringá, 2020.

naquele município. Em sentido contrário, a categoria de ocupados que menos empregou é representada pelo grupo de categorias dos dirigentes, que empregaram 1,0% em 1991, com um declínio para 0,5 em 2000 e um aumento para 0,8% em 2010. Os profissionais autônomos de nível superior foram os que mais ampliaram participação no mercado de trabalho de Itambé, pois no período entre 1991 e 2010 apresentou um incremento de mais de quatrocentos por cento, passando de 4 (0,1%) ocupados para 21 (0,9%), respectivamente, neste período.

Como podemos observar pelos dados, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais no município, em 1991, estava concentrada nos trabalhadores agrícolas, seguida das ocupações na indústria e dos trabalhadores do terciário não especializado. As categorias dos dirigentes do setor público/privado e dos profissionais de nível superior apresentavam baixa concentração. O perfil sócio-ocupacional expressava as características da estrutura produtiva em 1991, na qual a categoria dos trabalhadores agrícolas possuía participação majoritária, embora essa categoria já estivesse em franca redução, tanto na RMM quanto nas demais metrópoles do país.

Nos anos da década de 2000, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais em Itambé, continuava concentrada nos trabalhadores agrícolas, mesmo tendo esta apresentado uma queda significativa, com declínio de 40,8%, no entanto mantendo a maior participação assim como na década de 1990; na sequência se observa um crescimento significativo do grupo de trabalhadores do terciário especializado, que apresenta um aumento do percentual de 83,6% em relação à década anterior. Nesta década, o grupo de categorias que mais empregou foram os trabalhadores agrícolas com 27,5%, em segundo os trabalhadores da indústria com 20,6%; em terceiro lugar os trabalhadores do terciário não-especializado com 18,9%. Dentro dos grupos de categorias a categoria que mais se destacou foi a dos profissionais de nível superior com um aumento de 357,9% em relação a década anterior. Importante

destacar que o grupo de categorias dos pequenos empregadores sofreu redução de sua participação em comparação com a década de 1990.

Em 2010, a distribuição das categorias sócio-ocupacionais tiveram uma mudança o grupo de categorias dos trabalhadores do secundário passou a agregar o maior número de empregos com 28%; em segundo lugar os trabalhadores agrícolas com 22,4%; em terceiro lugar o grupo de categorias dos trabalhadores do terciário não-especializado com 16,8%. No entanto, é significativa no período das duas décadas (1991 a 2010) a queda da participação dos trabalhadores agrícolas que eram 42,4% do total dos ocupados em 1991 e passaram para 22,4% em 2010 em Itambé. Da mesma forma, se destaca a queda da categoria dos grandes empregadores de 28 (1,0) em 1991 para 0 (0,0%) em 2010. O aumento toda categoria dos dirigentes do setor público também se sobressai com 0 em 2000 e um aumento para 19 no ano de 2010. Importante notar que os o grupo de categorias dos profissionais de nível superior ampliam de 3,7% em 2000 para 6,1%, e o não especializado cai de 18,9% para 16,8%, o que é importante do ponto de vista social, pois significa patamares salariais mais expressivos; o que repercute o aumento de mais 74,1% dos profissionais de nível superior no período analisado. Uma tendência de profissionalização da população ocupada em Itambé, igualmente se dá na RMM.

Depreende-se dessa descrição que a composição sócio-ocupacional de Itambé sofreu alteração relativa à principal área da economia e algumas mudanças na estrutura social municipal, nas duas décadas analisadas, de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010:

- i) queda contínua dos grandes empregadores na categoria dos dirigentes;
- ii) destaca-se o crescimento expressivo dos profissionais empregados de nível superior, principalmente dos profissionais autônomos de nível superior;
- iii) redução contínua do número de pequenos empregadores;

- iv) o aumento das ocupações médias, puxadas pelas categorias de ocupações técnicas e de supervisão;
- v) oscilação no número de trabalhadores do terciário especializado no período;
- vi) aumento no número de trabalhadores ocupados na indústria, principalmente dos serviços auxiliares, em contrapartida, queda dos ocupados da indústria tradicional;
- vii) oscilação no número de trabalhadores do terciário não-especializado no período, com aumento dos trabalhadores domésticos e redução dos ambulantes e biscoateiros;
- viii) a queda expressiva no número de ocupados na agricultura é constante no período.

Ou seja, a preponderância das atividades secundárias e primárias no município de Itambé também reflete a estrutura ocupacional e a economia regional que se apresenta atrelada ao secundário e ao terciário. Todavia, as mudanças no período analisado mostram uma tendência a diminuição das ocupações agrícolas e incremento de ocupações de nível superior e da indústria.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Itambé compõe e expressa a atual organização socioespacial da RMM que se desenvolveu por meio do histórico processo de segregação que caracteriza esta região. Compreender a gênese e o desenvolvimento de todos os territórios municipais desta área metropolitana significa aprofundar a identificação dos mecanismos de reprodução do capital que engendraram o crescimento da região protagonizado pela sua cidade polo, Maringá. Foi a partir de 1980 que o urbano regional se consolidou no âmbito de um intenso processo local de êxodo rural e da crise nacional do modelo de substituição de importação. As configurações recentes indicam a manutenção da histórica coalizão urbana em torno de um projeto de cidade polo que comanda o desenvolvimento do território no sentido de manter o histórico processo de mercantilização da cidade. Tal processo reverbera para toda a região, dado ao alto grau de concentração demográfica, econômica e política no polo metropolitano garantindo que a fecunda aliança entre o poder público e os agentes do mercado imobiliário mantenha o processo de segregação socioespacial como um eficaz componente de produção do território urbano.

A dinâmica regional explicita a permanência do processo de segregação no desenvolvimento urbano-metropolitano desta região, mantido por meio da histórica concentração dos investimentos em áreas de expansão para as elites econômicas, em práticas invariavelmente subordinadas aos interesses mercantis.

A manutenção deste processo se associa à escaramuça da institucionalização da região metropolitana, pois ela não se constitui numa autoridade pública sobre o território metropolitano, inclusive porque, não pode existir autoridade metropolitana sem que haja uma comunidade política capaz de legitimar demandas metropolitanas que se mantenham invisíveis, fora da agenda pública. Deste modo a desigualdade regional é a baliza para o desenvolvimento de cada urbanidade que, não associadas de fato, não constituem força suficiente para buscar a provisão de bens públicos básicos,

aqueles que interessam a todos sem beneficiar a ninguém de forma exclusiva, como por exemplo, projetos que distribuam espacialmente os empreendimentos econômicos e rompam a competição entre os municípios, que lidem com a gestão de resíduos sólidos, que viabilizem mobilidade intermunicipal etc.

Os dados de Itambé evidenciam que as classes dominantes quase não residem naquela territorialidade, pois o número de profissionais de nível superior embora sejam as que mais cresceram em percentual, são pouco presentes no município, que está muito atrelado aos trabalhadores do secundário e do terciário não especializado e agrícolas, e o número de dirigentes é quase inexistente e apresentou queda entre 1991 e 2010.

Tais dados ajudam a explicar os indicadores de renda do município, que implica em indicadores de qualidade de vida menores, como por exemplo o IBEU e o IVS, que coloca Itambé em situação semelhante a maioria dos municípios da RMM, superior a alguns e inferior a outros, incluindo a cidade polo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis, RJ, Vozes.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020). **Perfil Município.** Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.
- BORGES, William Antonio (2015). Gestão metropolitana: a sua construção por meio de experiências de associativismo territorial na RMM. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (coordenação). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. Capítulo 13.
- CASA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ. **Sistema Estadual de Legislação.** Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; RODRIGUES, Ana Lúcia (2010). Da tecnocracia à participação popular: A institucionalização e os novos rumos do planejamento urbano em Maringá, Paraná, Brasil. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de agosto, vol. XIV, nº 331 (40). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-40.htm>>. [ISSN: 1138-9788]. [20 de fevereiro de 2012].
- CORDOVIL, Fabíola Castelo de Souza; RODRIGUES, Ana Lúcia (2012). Segregação socioespacial e a negligência ao patrimônio construído: legado dos projetos e práticas do poder público municipal em Maringá – PR (Brasil), Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** [En línea]. Barcelona, Universidad de Barcelona,
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (1999). **Maringá e o Norte do Paraná.** Maringá: EDUEM. p. 88-121.
- FONTANARI, Lucília A.; RAMOS Helena M.; LEAL, Mario D. (2015). Condições de Vida Urbana no Território da Região Metropolitana de Maringá: uma análise do IBEU, In: RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (coordenação). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. Capítulo 10.
- ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO (IBEU). **Dados - Base de Dados do IBEU Municipal.** Observatório das Metrópoles, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ibeu.observatoriodasmetropoles.net.br/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (1991, 2000 e 2010). **Censos Demográficos**. Brasília, IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2007). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2007**. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=sobre>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2008). **Regiões de Influência das Cidade 2007**. Diretoria de Geociências - Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2018). **Regiões de Influência das Cidades - REGIC 2018**. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=sobre>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2020). **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019**. Brasília, IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – BRASIL (2020). **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Diretoria de Geociências - Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – BRASIL (2012). **Base de Dados: Domicílios particulares permanentes total e com rendimento domiciliar – 1999 a 2010**. Brasília, IBGE. Disponível no endereço: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – BRASIL (2012). **Base de Dados: Produto Interno Bruto dos Municípios – 1999 a 2010**. Brasília, IBGE. Disponível no endereço: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA (2020). **IVS - Atlas da Vulnerabilidade Social**. Brasília: Ipea. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

- INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – INCT – 2009 - 2013 (2010). FAPERJ–CAPES–CNPq. **Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá.** Rio de Janeiro.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA E SOCIAL – IPARDES (2016). **Perfil Avançado dos Municípios.** Curitiba: IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.
- LUZ, France (1980). **O fenômeno urbano numa zona pioneira:** Maringá. Maringá, A Prefeitura.
- MATEUS, Ana (2007). **Indicadores econômicos e sua interpretação.** Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra.
- PEREIRA, Ingrid Spagnol. **Levantamento e análise do papel dos Conselhos de Política Urbana na implementação do Direito à cidade em Maringá e Região Metropolitana.** Projeto de Pesquisa do Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá, 2020.
- POLANYI, Karl (1980). **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro, Campus.
- PORTAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ (2020). **Plano Diretor Municipal.** Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <<https://portaldosmunicípios.pr.gov.br/consulta/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (2013). **Transformações da Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: 1980/2010.** Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles/INCT/FAPERJ– CAPES– CNPq.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (2013). **Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU.** Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (2016). **IBEU Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos Municípios Brasileiros.** Observatório das Metrópoles, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, Ana Lúcia (2004). **A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá.** São Paulo, PUC (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (coordenação) (2015). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles.

RODRIGUES, Ana Lúcia; ACCORSI, Clédina Regina Lonardan; SOUZA, Paulo Roberto de (2015). Estrutura e organização social do território da RMM. In: RODRIGUES, Ana Lúcia (organização) & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (coordenação). **Maringá: transformações na Ordem Urbana**, Rio de Janeiro, Letra Capital/Observatório das Metrópoles. Capítulo 4.

RODRIGUES, Ana Lúcia; SOUZA, Paulo Roberto de (2018). Maringá: a ordem urbana na região metropolitana de Maringá: planejamento que produz segregação. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (organização). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. Capítulo 13. Disponível em: <[http://observatoriodasmetropoles.net.br/download/metropoles\\_brasileiras2018.pdf](http://observatoriodasmetropoles.net.br/download/metropoles_brasileiras2018.pdf)>. Acesso em 06 de julho de 2018.

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ – SETI / Unidade Gestora do Fundo Paraná – UGF (2019). **Projeto: O Direito à Cidade na Região Metropolitana de Maringá (RMM): regimes urbanos e governança dos municípios metropolitanos**. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Convênio: 184/2018 UEM/SETI/UGF.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE (2020). **Estatísticas do eleitorado – Quantitativo do eleitorado**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/quantitativo-do-eleitorado>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.



OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES



NUCLEO MARINGÁ

apoio:

